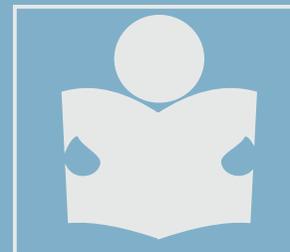
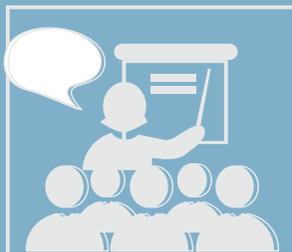
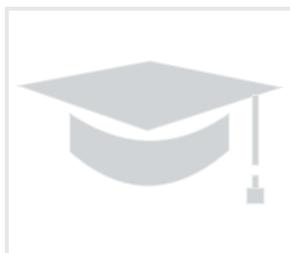
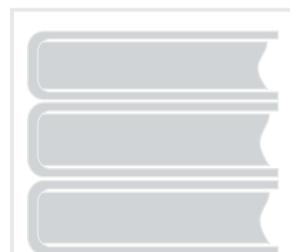
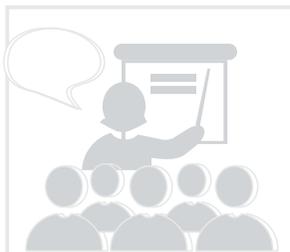


SENAC/MS



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SENAC/MS



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SERVIÇO NACIONAL DE
APRENDIZAGEM COMERCIAL -
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL - MS

Edison Ferreira de Araújo
Presidente da Federação do
Comércio de Mato Grosso do Sul -
Fecomércio

Vitor dos Santos de Mello Júnior
Diretor Regional do Departamento
Regional do SENAC/MS

Jordana Duenha Rodrigues
Gerente do Departamento de
Educação Profissional

Orley Machado Cavalheiro
Gerente do Departamento de
Planejamento

Rafael Alexandre Carli Delsin
Gerente do Departamento de
Administração

Marcelo Aparecido de Oliveira
Gerente do Departamento de
Administração e Finanças

Michelle Annita Seibert Kist
Gerente do Departamento de Gestão
de Pessoas

Luis Henrique Xavier Sanches
Gerente do Departamento de
Marketing

Erick Guilherme de Carvalho Barem
Gerente do Departamento de
Tecnologia

CONSELHO REGIONAL

Edison Ferreira de Araújo
Presidente do Conselho Regional Sesc/Senac

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS

Titular: Marise Lima de Souza
Suplente: Gilson Rodrigues Bueno

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO IFMS/MEC

Titular: Marcus Aurélius Stier Serpe
Suplente: Marcelina Teruko Fujii Maschio

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Titular: Anízio Pereira Tiago
Suplente: Wallace Faria Pacheco

REPRESENTANTES ATIVIDADES DE COMÉRCIO
DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO

Adeilton Feliciano do Prado
Benjamin Chaia
Denire Carvalho
Edilson Limiro Duarte
Elenice Alves Peres
Estevão Rocha dos Santos
Fábio Alex Salomão Bezerra
Fábio Ângelo Bigolin
José Alcides dos Santos
José Gilberto Petinari
Julio César das Neves
Leila Denise Kemp
Oswaldo Fernandes
Paulo Sukehiro Yonamine
Ruberlei Bulgarelli
Sebastião José da Silva

Coordenação e Elaboração
Departamento de Educação Profissional
Analistas de Orientação Pedagógica
Elizete Nunes Ramos
Maria Aparecida Nogueira Abdalla Barbosa
Neusa Maria Sá Pessoa

Colaboração

Coordenadores Pedagógicos do Centro de Educação
Profissional de: Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três
Lagoas e EAD. Assessora Técnica: Eusa Maria Freitas.

SUMÁRIO

I- APRESENTAÇÃO, 5

II – INTRODUÇÃO, 7

III – MARCO SITUACIONAL, 10

3.2 Modelo de Gestão do Senac/MS, 12

IV – MARCO FILOSÓFICO, 15

4.1 Pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica - A visão do mundo do trabalho, 15

4.2 Relação entre a Educação Profissional e Tecnológica e o mundo do trabalho para o Senac/MS, 17

4.2.1 Missão, 19

4.2.2 Visão, 19

4.2.3 Valores e Princípios, 20

4.2.4 Objetivo Geral, 22

4.2.5 Objetivos Específicos, 22

4.3 Comunidade Escolar, 24

4.3.1 Programa Senac de Acessibilidade - Atendendo as Diversidades e Deficiências, 25

4.3.2 Perfil do aluno, 26

4.3.3 Perfil do docente, 27

4.3.2.1 Programa de Desenvolvimento de Educadores, 28

4.3.3 Perfil do Coordenador Pedagógico, 30

V – MARCO OPERATIVO, 32

5.1.1 Níveis e Modalidades, 33

5.1.2 Itinerário Formativo 39

5.1.3 Eixo Tecnológico, 41

5.2 Dimensão Pedagógica, 44

5.2.1 Currículo, 50

5.2.1.1	Organização Curricular,	52
5.2.1.2	Plano de Curso,	53
5.2.1.3	Planejamento,	54
5.2.2	Metodologia de Ensino,	56
5.2.3	Ambientes de Aprendizagem,	59
5.2.4	Material Didático,	61
5.3	Avaliação,	63
5.3.1	Avaliação da Aprendizagem,	66
5.3.2	Aproveitamento de estudos e experiências anteriores,	69
5.3.3	Avaliação do Curso,	69
5.3.4	Avaliação Institucional,	70
5.3.5	Estágio Profissional Supervisionado e Prática Profissional Supervisionada,	71
5.4	Reunião Pedagógica,	72
5.4.1	Conselho de classe,	73
VI	– CONSIDERAÇÕES FINAIS,	74
VII	– REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA,	76

I- APRESENTAÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico define as diretrizes e as bases educacionais, fornecendo subsídios às ações de educação profissional, promovendo aprendizagens profissionais significativas por meio do desenvolvimento de competências laborais, entendidas como competências técnicas e humanas, que, se eficazes, propiciam a inserção do indivíduo no mercado de trabalho ainda que não formal.

O Projeto Político Pedagógico apresentado contempla todas as questões que envolvem o fazer pedagógico, as diretrizes para o processo educativo do Centro de Educação Profissional do Senac/MS, buscando imprimir-lhes identidade institucional nas atividades voltadas para a efetivação da educação profissional, de modo a promover a intervenção e a mudança da realidade em que se inserem, a fim de, efetivamente, propiciarem a transformação de alunos em profissionais, por meio da metodologia adotada.

A necessidade de um documento que norteie as ações pedagógicas do Senac/MS atende às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, oportuniza aos envolvidos uma ação concreta a partir dos pressupostos preconizados pela instituição.

O Projeto Político Pedagógico foi construído coletivamente, por meio de reuniões da comunidade educacional das Unidades Operativas, sob mediação dos Coordenadores Pedagógicos, e consolidado por meio de um fórum aberto no AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem.

A atualização participativa demonstra o comprometimento da equipe do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Mato Grosso do Sul, Senac/MS, no desenvolvimento de suas atividades de educação profissional, ampliando significativamente seu entendimento sobre a importância das teorias educacionais relativas ao mundo do trabalho e a efetivação da prática.

Segundo Veiga:

“Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para adiante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente.” (VEIGA, 1998)

Este documento sintetiza, portanto, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico do Senac/MS, para desenvolvimento de uma prática educacional integrada na execução dos planos de cursos com vistas à formação do perfil profissional compatível com as demandas do mercado de trabalho atual.



“O importante não são as respostas a que se chegam, mas sim as perguntas que se fazem.”

Jostein Gaarder (adaptado)

II - INTRODUÇÃO

Comprometido com a sociedade na preparação de trabalhadores, o Departamento Regional do Senac/MS busca atender os princípios da educação profissional na preparação do cidadão para viver em contextos dinâmicos e flexíveis, elaborando o Projeto Político Pedagógico, que segundo Vasconcellos:

(...) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico metodológico para intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (Vasconcellos, p.169, 2004).

O Projeto Político Pedagógico será (re)avaliado pela equipe de Coordenadores Pedagógicos das unidades operativas, pelas Analistas Pedagógicas - DEEEP, e pelo Departamento de Planejamento e de Gestão da Qualidade - DPLAN, promovendo adequação e realizando ajustes quando necessários, ampliando significativamente seu entendimento sobre a importância das teorias educacionais e sua aplicabilidade em questões relativas ao mundo do trabalho.

Para a concretização de sua missão, este Departamento Regional encontra respaldo na Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e nos documentos regulamentadores da educação profissional e técnica de nível médio do Sistema Federal de Ensino e nos documentos internos da Instituição, tais como:

- Referenciais para a Educação Profissional do Senac 2002,
- Catálogo Nacional de Cursos Senac,
- Regimento Escolar e
- Manual da Gestão de Qualidade - Gestão e Processos.

O Projeto Político Pedagógico tem por objetivo nortear as ações educacionais desenvolvidas no Senac/MS, assegurando princípios e critérios da organização curricular, do modelo de competência, da lógica dos eixos tecnológicos, da aplicabilidade dos conceitos de politecnia e interdisciplinaridade, visando à formação integral do cidadão.

Como forma de responder às atuais demandas da sociedade e do mundo do trabalho, o presente documento se estrutura a partir das premissas de educação profissional que dão suporte às ações pedagógicas. Assim, está pautado em três eixos, aqui nomeado como marcos: situacional, filosófico e operativo.

No Marco Situacional é apresentado o histórico da Instituição Senac, contemplando suas especificidades, levando em conta as normas e as necessidades locais em relação à educação profissional. Este marco tem a função de situar à realidade na qual a Instituição está inserida, os elementos estruturais que a compõem, os agentes envolvidos no processo educacional, bem como os caminhos para novas mudanças.

No Marco Filosófico abordam-se os aspectos relacionados aos pressupostos da educação profissional, a relação com o mundo do trabalho, a missão, a visão, os valores, os objetivos gerais e específicos, a visão de aluno e a visão do docente da Instituição. O marco filosófico aponta caminhos em relação à formação humana, bem como os ideais e valores que a Instituição acredita estar imbricados na formação dos educandos. Tem-se a possibilidade de explicitar de forma geral que sociedade se quer construir, em que formação profissional acredita-se e qual sua finalidade.

No Marco Operativo está expresso o ideal específico da Instituição. Nesse sentido são tratados os aspectos relativos à estruturação das ações que serão desenvolvidas por meio da organização educativa, explicitando como a Instituição entende a ação didático-pedagógica, como estabelece a questão das práticas pedagógicas que serão exercidas, a estrutura curricular proposta, os critérios que se estabelecem diante da avaliação e como os mesmos serão acompanhados.

Nesse mesmo marco encontram-se as diretrizes que subsidiam o fazer da Instituição no que diz respeito ao plano de curso e sua operacionalização. O Marco Operativo demonstra ser, assim, um dos pilares fundamentais para a que a realidade saia do campo das ideias e se concretize por meio da ação – reflexão – ação.



“Não se pode ensinar nada a um homem. Pode-se apenas ajudá-lo a encontrar a resposta dentro dele mesmo.”

Galileu Galilei, cientista italiano

III - MARCO SITUACIONAL

3.1 Histórico do Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac foi criado em 10 de janeiro de 1946, pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), por meio do decreto- lei 8.621. A partir do ano seguinte, passou a desenvolver um trabalho até então inovador no país: oferecer, em larga escala, educação profissional destinada à formação e preparação de trabalhadores para o comércio. Na mesma data de sua criação, foi promulgado o Decreto 8.622, que dispõe sobre a atuação da Instituição na aprendizagem comercial. Até hoje, o programa de aprendizagem é uma das principais ações do Senac.

Com a perspectiva de democratizar o acesso à educação profissional, o Senac iniciou, ainda na década de 1940, o ensino a distância. Entre as inovações promovidas pela Instituição na educação profissional, também se destacam as empresas pedagógicas (ou empresas- escola), principalmente a partir da década de 1960. O objetivo dessas empresas é a possibilidade de os alunos vivenciarem o trabalho em ambiente pedagógico similar ao que encontrará no mundo do trabalho. Ainda hoje, essas empresas são destaques da ação do Senac, como os hotéis- escola e os restaurantes- escola.

O ensino a distância também recebeu impulso na década de 1990, com a criação de um centro nacional específico para essa modalidade de ensino, com o objetivo de ampliar e diversificar a programação do Senac. Como resultado desse empenho em educação à distância, o Ministério da Educação, em 2004, concedeu um credenciamento especial para o Senac oferecer, por meio dos Departamentos Regionais, cursos de pós- graduação Lato Sensu na modalidade à distância. Para atender a essa demanda, foi criada a Rede Pós- EAD Senac.

O Departamento Regional do Senac/MS foi oficialmente criado em abril de 1980, após a divisão do Estado de Mato Grosso, em 1977, pela Resolução/Senac nº 340, de 28 de fevereiro de 1980, com a premissa de oportunizar a todos uma aprendizagem significativa, promovendo o desenvolvimento

para o mundo do trabalho, por meio de ações educacionais e disseminação de conhecimentos em comércio de bens, serviços e turismo.

O Departamento Regional do Senac/MS, o DR/MS, integrado ao Sistema Fecomércio, é o mantenedor de unidades de ensino em Campo Grande (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL- SENAC CAMPO GRANDE, CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SENAC BELEZA E MODA e CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA); em Corumbá (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SENAC CORUMBÁ); em Dourados (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL- SENAC DOURADOS), e em Três Lagoas (CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SENAC TRÊS LAGOAS).

Com as unidades operativas, o Senac/MS atende aproximadamente vinte e dois municípios, formando uma média de 22 mil pessoas por ano. Em consonância com a Resolução N ° 04 de 12 de junho de 2012 desenvolvem as ações relacionadas aos eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Cultural e Design, Recursos Naturais e Segurança.

Em 2009, o Senac/MS iniciou a operacionalização do Programa Senac de Gratuidade – PSG que é o resultado de um protocolo firmado entre o Senac e o Governo Federal. O Programa Senac de Gratuidade oportuniza educação profissional de qualidade para que milhares de pessoas de baixa renda, de modo que possam planejar seus estudos e ter mais oportunidade de trabalho e emprego, destinando vagas gratuitas em diversos cursos, da Formação Inicial à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em 2011, o Governo Federal instituiu o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego pela Lei Federal nº 12.513, de 26/10/2011, cujo coordenador é o MEC - Ministério da Educação, com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica à população brasileira por uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e

financeira. E os resultados consistentes do PSG certamente contribuíram para que o Senac colaborasse como parceiro do MEC, com sua expertise na elaboração das estratégias iniciais do Programa, que elevará o nível de competências profissionais e pessoais dos trabalhadores, marcando uma nova etapa na história da educação brasileira e do Senac.

Em novembro de 2011, foi assinado o Termo de Adesão ao PRONATEC com o Departamento Nacional do Senac, do qual participa na condição de parceiro ofertante, conforme artigo 2º, inciso II da Resolução FNDE nº 66, de 25/11/2011 pelo Ministério da Educação (MEC). Ainda para normatizar a autorização do referido Programa, a Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, estabelece no seu art. 20, que o Senac integra o Sistema Federal de Ensino, com autonomia para a criação e oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, mediante autorização do seu órgão, o Conselho Regional do Senac.

A Portaria 984 de 27 de julho de 2012 regulamenta a integração do Senac ao Sistema Federal de Ensino e determina que a avaliação e supervisão dos cursos e programas serão exercidas pelo do Ministério da Educação.

3.2 Modelo de Gestão do Senac/MS

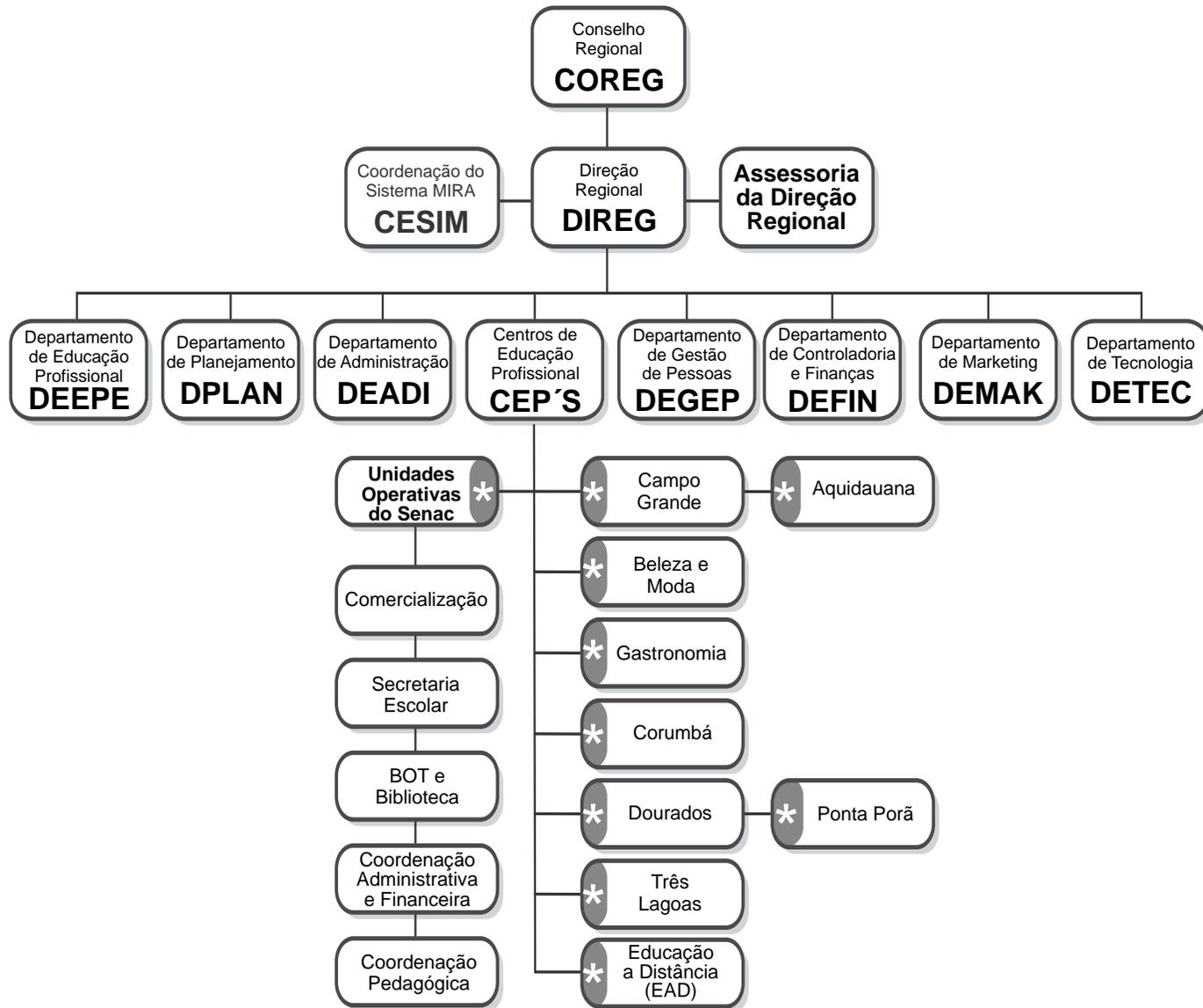
Com foco na Formação Inicial e Continuada e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio a Instituição, utilizando-se das mais modernas ferramentas de gestão, desenhou seu Plano Estratégico, no horizonte de visão de 2011 a 2015, cujos objetivos foram assim estabelecidos:

- Consolidar o modelo de gestão de pessoas por competências;
- Fortalecer a gestão estratégica, alinhando os objetivos, os colaboradores, os projetos e os processos;
- Elaborar e manter atualizado um plano de investimentos dos recursos institucionais de curto, médio e longo prazo, de acordo com as necessidades;
- Promover avanços em Tecnologia da Informação para utilização na execução da estratégia da instituição.

- Consolidar a Gestão da Qualidade;
- Desenvolver a Gestão Estratégica;
- Implementar Prática de Sustentabilidade na Governança Corporativa.
- Intensificar o relacionamento com o segmento do comércio de bens, serviço e turismo;
- Desenvolver a Gestão do Relacionamento com o Cliente;
- Intensificar as ações de captação de recursos para Educação Profissional junto às fontes pública e privada;
- Estabelecer uma combinação sustentável das ações destinadas ao PSG, ao mercado corporativo, às necessidades dos segmentos em que atuamos.
- Garantir recursos para reinvestimento;
- Aprimorar a apuração do custo e formação do preço de venda.

Com base nesses objetivos foi redesenhada a identidade corporativa do Senac/MS oportunidade em que sua missão, visão, valores e competências, bem como a estrutura organizacional tomaram nova dimensão, sendo definido o organograma para atender de forma eficiente o novo cenário da educação para o trabalho com o desafio de preparar as pessoas para a vida.

Estrutura Organizacional Senac/MS



IV - MARCO FILOSÓFICO

4.1 Pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica - A visão do mundo do trabalho

Para abordar a visão do mundo do trabalho, é necessário um breve histórico acerca da formação profissional, suas origens, pois a partir desses estudos nasce o ideal de transformação desse contexto. A formação profissional sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (o profissional).

O desenvolvimento intelectual, proporcionado pela educação escolar acadêmica, era visto, pelas “elites condutoras do País”, como desnecessário para maior parcela da população, e de modo especial, para formação de “mão de obra”.

Não se reconhecia vínculo necessário entre a educação escolar e o exercício profissional no mundo do trabalho, pois a atividade econômica predominante não requeria essa educação formal ou profissional.

Apenas uma minoria de trabalhadores precisava contar com o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais em níveis de maior complexidade, em virtude da rígida separação entre as atividades de planejamento, supervisão e controle de qualidade e as de execução, no chamado “chão de fábrica” ou similar.

Nas décadas dos anos 70 e 80 multiplicaram-se estudos referentes aos impactos das novas tecnologias, que revelaram a exigência de profissionais polivalentes, capazes de interagir em situações novas e em constante mutação. Como resposta a esse desafio, escolas e instituições de educação profissional e tecnológica buscaram diversificar programas e cursos profissionais, incluindo novas áreas e elevando os níveis de qualidade da oferta.

Para atender a essa nova demanda e as transformações sociais e técnico- científicas que exige uma sociedade mais humanizada, justa, igualitária, participativa e principalmente ética, urge mudanças e quebras de paradigmas nas áreas de educação, principalmente na educação profissional, o que possibilita a participação efetiva dos sujeitos da práxis pedagógica na (re) construção do conhecimento, levando- se em consideração o aluno como um ser integral, com interesses e objetivos próprios, capazes de gerar mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas.

A educação profissional e tecnológica está pautada em diretrizes que, segundo os dispositivos de Lei, se refere ao conjunto articulado de princípios, critérios e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições educacionais na organização e no planejamento de suas ações. Assim o Senac/MS atende aos princípios preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação N °. 9394/96 e as regulamentações da Educação Profissional.

No campo da educação profissional e tecnológica não se concebe mais uma formação como simples instrumento de política assistencialista ou linear, com ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas uma educação profissional e tecnológica que tenha o trabalho como princípio educativo com o foco na formação integral do indivíduo para que tenha efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

Para tal impõe- se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para a execução de um determinado conjunto de tarefas. O parecer CNE/CES N° 436/2011 trás em seu bojo que a educação profissional e tecnológica requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo e tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

Buscando essa superação, a educação profissional e tecnológica do Senac/MS é norteada pelos pilares propostos no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenado por Jacques Delors, 1996, que propõe uma educação direcionada para os quatro tipos

fundamentais de aprendizagem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser, eleitos como os quatro pilares fundamentais da educação.

A partir dos pilares acima citados, a educação profissional e tecnológica do Senac/MS deixou de ter o foco voltado apenas na prática de transmitir conteúdos, passando a propor o desenvolvimento de saberes que envolvam as capacidades cognitivas do homem, ou seja, não cabe apenas reforçar as técnicas, mas em como utilizá-las por meio dos quatro pilares mencionados, sendo essas as bases para as competências.

Neste contexto, o Senac/MS promove uma educação para a vida, em sentido lato, proporcionando aos trabalhadores o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais que os habitam efetivamente para analisar, questionar e entender os fatos do dia a dia com propriedade, desenvolvendo também a capacidade investigativa, de maneira criativa e crítica.

Assim, o Senac/MS desenvolve a formação do cidadão politécnico, ou seja, não aquele formado apenas para o mercado de trabalho, mas aquele que se forma omnilateralmente. Entende-se, então que a formação do homem não necessita centrar-se apenas com no foco do trabalho, mas na sua totalidade, ou seja, o homem omnilateral é aquele que é consciente da sua temporalidade para atuar sobre o mundo e transformá-lo com sua ação.

Somente uma educação que valoriza a aprendizagem significativa, inovadora e criativa contribuirá efetivamente para que o homem tenha condições de enfrentar os desafios da nova organização do trabalho em permanente sintonia com as mudanças tecnológicas, sociais e culturais.

4.2 Relação entre a Educação Profissional e Tecnológica e o mundo do trabalho para o Senac/MS

A tecnologia da informação, em especial as redes virtuais de informação, tem ajudado a construir uma nova ordem econômica, na qual o conhecimento assume papel primordial. Esse novo momento redimensiona a demanda de trabalho e afeta diretamente os trabalhadores, pela intensa

concorrência que se efetiva por formas de racionalização na produção e na gestão. Segundo Peter Drucker¹, o impacto dessa nova economia – que apenas começa a ser sentido – está sendo gerado pela “emergência explosiva da internet como importante canal de distribuição de bens, serviços e, surpreendentemente, empregos na área administrativa gerencial”.

O mundo globalizado, cada vez mais exigente e concorrente, faz com que se repense a concepção de homem que se quer formar, pois a informação atrelada à tecnologia demanda um “[...] conjunto de conhecimentos necessários para se conceber, produzir e distribuir produtos e serviços de forma competitiva”. (ALVIM, 1998, p. 29), visto que o mundo do trabalho precisa estar inserido nas estratégias educacionais e princípios que direcionem os sujeitos da aprendizagem à vida profissional.

[...] o homem pode criar sua consciência de mundo, construir sentidos, significações e símbolos. Tendo como característica a ação-reflexão, o ato de conhecer permite ao homem tomar consciência de sua qualidade de sujeito. Ao tomar consciência de si mesmo ele estabelece uma relação dialética entre sua liberdade e os problemas que a limitam. Assim seu papel não pode ser resumido à passividade, a uma intervenção acidental e incompleta com o mundo. (BRENNAND, 2008).

Uma das características da fase atual é a crescente importância que vem sendo atribuída às ideias, hoje mais valorizadas do que os ativos físicos. Nesse sentido, o diferencial de uma empresa não é mais o seu avanço tecnológico – rapidamente copiado pela concorrência, mas a qualidade dos serviços oferecidos e a competência das pessoas que lhes prestam serviços. Portanto, a formação de um profissional que atue na sociedade tecnológica, passa pela leitura e interpretação da realidade, em saber expressar-se por escrito e verbalmente, saber lidar com conceitos científicos e trabalhar em grupos na solução de problemas.

¹ DRUCKER, Peter. O futuro já chegou. Exame, São Paulo, V.43, n.6, p.112 – 126 22mar. 2000

Para o Senac/MS a educação profissional e tecnológica está baseada no desenvolvimento de competências, não apenas restritas ao desempenho de uma atividade técnica, mas voltadas para a formação de um profissional responsável que compreenda seu fazer, tenha autonomia, postura ética, capacidade crítica, criatividade e saiba ainda gerir sua vida profissional.

Na entrevista ao Boletim Técnico do Senac Vol.36/2006, o Prof. Francisco Aparecido Cordão respondendo à pergunta: “Em que medida a LDB deu um novo enfoque à educação profissional?” diz que: “A educação profissional é concebida pela atual LDB – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 39, como “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, com o objetivo de conduzir “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Diante do desafio posto pela realidade à qual se insere, consolida-se a ideia de que a educação profissional e tecnológica do Senac/MS deve favorecer a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho sem deixar de considerar a necessidade de uma educação contínua ao longo da vida.

A partir deste ideal vislumbra-se a necessidade de ações ousadas e inovadoras da Instituição, reforçando os propósitos, a razão de ser e os compromissos essenciais do Senac/MS, os quais estão definidos na sua Missão, Visão, Valores e Princípios, os Objetivos Gerais e Específicos, detalhados a seguir.

4.2.1 Missão

Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo, com profissionais comprometidos na construção de uma sociedade cidadã.

4.2.2 Visão

Ser reconhecido pelo segmento do comércio de bens, serviços e turismo, até 2015, como o melhor e mais inovador centro de educação profissional e tecnológica do estado, pela qualidade, diferenciação e relevância de sua atuação.

4.2.3 Valores e Princípios

INTEGRIDADE

Ser justo, honesto e ético, exercendo um comportamento imparcial, com dignidade, inspirando confiança de todas as pessoas com quem se relaciona dentro e fora da instituição. Honrar seus compromissos, observando as normas institucionais, a legislação e principalmente, assumindo sua parcela de responsabilidade para atingir os objetivos estabelecidos.

INOVAÇÃO

Investir em tecnologia e soluções organizacionais, garantindo a vanguarda na educação para o trabalho.

EXCELÊNCIA

Criar estratégias para o avanço do Senac/MS, utilizando-se das ferramentas do planejamento estratégico e benchmarking, enfatizando o gerenciamento de equipe de alta performance, a criação de valor aos produtos e à instituição, de modo a reforçar seus pontos fortes e aproveitar as oportunidades de melhoria da gestão para antecipar os desejos dos clientes, e assim, obter a credibilidade do mercado, possibilitando maior visibilidade e o reconhecimento de ser uma instituição de sucesso e cidadã.

FOCO NO CLIENTE

Ser uma empresa que contribui para o desenvolvimento do negócio do cliente, prestando serviços de excelência, por meio da oferta de soluções integradas, contribuindo para um relacionamento duradouro.

APRENDIZAGEM E CONHECIMENTO

Promover a incorporação de novos saberes por meio de ações educativas, que possibilitem transformação e desenvolvimento do pensamento autônomo, favorecendo a troca, a reflexão e a

construção do próprio processo de aprendizagem, resultando em uma atuação pessoal e profissional mais segura e consciente.

COLABORADORES

Contribuir para o desenvolvimento profissional e humano, respeitando a diversidade, favorecendo a autorealização e o comprometimento com os objetivos e o desempenho da organização.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Promover uma gestão ética e transparente na condução de seus negócios e em seus relacionamentos com os diversos grupos de interesse (público interno, meio ambiente, fornecedores, clientes/consumidores, comunidade e governo), visando à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.



*"O importante da educação não é o conhecimento dos fatos,
mas dos valores."*

Dean William

Coerentes com esses princípios, o Senac/MS considera importante estabelecer objetivos que assegurem a qualidade da formação profissional oferecida pela Instituição. Para tanto estabelecemos objetivos gerais e objetivos específicos a seguir:

4.2.4 Objetivo Geral

Proporcionar o acesso de jovens e adultos aos cursos de Educação Profissional e Tecnológica, promovendo o desenvolvimento de profissionais para acompanhar os avanços tecnológicos e culturais, oportunizando maiores condições futuras de ingressarem preparados para o mundo do trabalho com atitudes de responsabilidade, valorizando o direito individual e o dever coletivo, a postura ética, proativa e a preservação do meio ambiente.

4.2.5 Objetivos Específicos

- Oferecer cursos de Formação Inicial e Continuada e Educação profissional e Técnica de Nível Médio nas modalidades presencial e a distância, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação; previstas nos eixos tecnológicos elencados na Resolução CNE/CEB N° 04 de junho 2012, destinadas a proporcionar capacitação, habilitação/qualificação profissional para os diferentes setores do comércio, bens e serviços e turismo;
- Ofertar aperfeiçoamento e especialização Técnica, destinados a alunos egressos de cursos técnicos;
- Ofertar cursos superiores de graduação e pós- graduação a distância;
- Desenvolver cursos extensivos da Educação profissional e tecnológica “in company” nas modalidades presencial e a distância que poderão ocorrer nos espaços físicos da Instituição ou nos espaços físicos das empresas e Instituições solicitantes e/ou parceiras;
- Manter convênios com outras Instituições de ensino e/ou pesquisa com empresas com a finalidade de garantir o permanente aprimoramento da Educação profissional e tecnológica por meio de Estágio Curricular Supervisionado;

- Ampliar o acesso da sociedade às ações educacionais do Senac/MS, adequando às formas de atendimento, ampliando a capacidade de atuação e estabelecendo parcerias;
- Atender às necessidades do mercado, focando a busca da sustentação financeira, construindo parcerias e captando recursos junto a fontes de financiamento de âmbito federal e internacional;
- Gerenciar o custo das ações e consolidar o uso do orçamento como instrumento de planejamento e controle, otimizando a utilização das instalações, equipamentos, material e patrimônio em geral, realizando investimentos com base em critérios técnicos e análise da viabilidade;
- Focar a atuação institucional no cliente, identificando suas necessidades e a do mercado, aferindo sistematicamente a satisfação dos clientes;
- Atender os alunos e egressos do SENAC/MS via Banco de Oportunidades de Trabalho – BOT - com informação, orientação, encaminhamento e acompanhamento ao mercado de trabalho, bem como utilizar indicadores para avaliar e validar o processo de Educação Profissional e Tecnológica;
- Manter a biblioteca sempre atualizada com acervo de livros, periódicos, CDs, DVDs, e fitas de vídeo, visando atender alunos, docentes e comunidade em geral, física e virtualmente, por meio do Software BNWEB.
- Proporcionar ao aluno modernos laboratórios de aprendizagem, com equipamentos atualizados, visitas técnicas em empresas, hospitais, feiras, entre outros, que permitam ao mesmo, estar em contato direto com o mercado de trabalho;
- Desenvolver projetos integradores, que estimulem competências para o trabalho em equipe, a proatividade e a tomada de decisão;
- Munir o docente da educação profissional e tecnológica de instrumentos teóricos e metodológicos que permitam uma melhor compreensão das especificidades do público atendido.

- Assegurar as condições de acessibilidade dos alunos que apresentam necessidades educacionais específicas nas edificações, instalações, equipamentos, recursos tecnológicos, mobiliários, nas comunicações e outras, nos termos da legislação vigente.

Considerando os objetivos específicos como aqueles que dão base às ações pedagógicas e os processos de trabalho do Sistema de Gestão da Qualidade, acredita-se estar contribuindo com uma educação profissional e tecnológica de qualidade para o Senac/MS, pois os mesmos estão coerentes com os princípios que norteiam este Projeto Político Pedagógico.

4.3 Comunidade Escolar

A comunidade escolar dos Centros de Educação Profissional do Senac/MS é constituída por todos os envolvidos no processo educativo: Corpo Discente, Corpo Docente, Corpo Técnico- Administrativo e Diretivo. As relações dos membros são reguladas pelas normas estabelecidas no Regimento Escolar e no Regulamento de Pessoal, constante na Intranet, nos downloads do Departamento de Gestão de Pessoas, que proporcionam o exercício da cidadania por meio da consciência de direitos e deveres. A operacionalização das ações está descrita no Sistema de Gestão da Qualidade, por meio dos processos e procedimentos de trabalho.

O Corpo Discente é constituído pelos alunos, jovens e adultos, de ambos os sexos, matriculados nos cursos ou programas educacionais, os quais buscam novas alternativas de aprendizagem, mediadas pelos docentes, visando o desenvolvimento de suas potencialidades, a fim de atuarem no setor de comércio de bens, serviços e turismo.

O Corpo Docente é composto por profissionais admitidos nos termos da legislação em vigor e de acordo com as normas estabelecidas pelo Senac/MS, licenciados em curso superior ou legalmente habilitado, ou de curso de nível médio, conforme o perfil traçado pelas ações a serem desenvolvidas.

O Corpo Técnico-Administrativo e Diretivo é composto pela Coordenação Pedagógica, Secretaria Escolar, Direção e demais setores dos Centros de Educação Profissional do Senac/MS.

À Direção cabe coordenar, acompanhar e avaliar o planejamento das atividades, proporcionando, assim, a articulação dos diversos setores.

Consciente de que o real alcance dos objetivos só acontece pela qualidade dos serviços educacionais, o Senac/MS pauta suas ações nos valores que o sustentam: integridade, inovação, excelência, aprendizagem, conhecimento e responsabilidade social. As metas anuais são traçadas com a participação dos colaboradores diretamente envolvidos, visando atender à comunidade que compõe a Instituição.

Dessa forma, a Direção Regional do Senac/MS desenvolve uma gestão participativa que se projeta em metas, definidas pelos processos de trabalho do Sistema de Gestão da Qualidade, a serem alcançadas no quinquênio, possibilitando a visualização e a realização de desempenho esperado com excelência nos serviços prestados.

4.3.1 Programa Senac de Acessibilidade - Atendendo as Diversidades e Deficiências

Consciente de seu papel social e da importância da formação de qualidade para o trabalho o Senac conta com o Programa Senac de Acessibilidade que privilegia as ações que disseminem as ideias de acessibilidade e educação inclusiva.

Na busca pelo alcance da inserção desta instituição de educação nos apontamentos legais pela LDB 9394/96, no que se refere a uma educação na perspectiva da inclusão e da diversidade, contemplamos a escola como um espaço para todos com a presença marcante da heterogeneidade que revela princípios, atitudes, culturas e formação diferenciadas, criando as relações interpessoais que tanto enriquecem e contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem profissional e aquisição de cultura entre todos os envolvidos.

Quanto à inclusão, a proposta maior é buscar adaptar as estruturas de natureza física, humana e pedagógica, oferecidas pelo Senac, aos anseios dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência

ou mobilidade reduzida, propiciando assim uma relação tranquila e harmoniosa no desenrolar de todo o processo educativo. Onde for necessário será feita a adaptação nos ambientes, os ajustes necessários e adequação dos mobiliários e investimento em tecnologias educacionais assistivas. Assim sendo, procuramos atendê-los dentro das nossas possibilidades sempre primando pela valorização humana da pessoa com deficiência.

Quanto à questão da diversidade o objetivo é promover situações variadas em que o convívio na sala de aula e nos espaços distintos do Centro de Educação Profissional possa despertar nos alunos, docentes, colaboradores e comunidade em geral o respeito pelas diferenças.

Tendo em vista garantir o pleno acesso e atendimento o Senac busca eliminar as barreiras físicas, de comunicação e de informação e promover a mobilização através de capacitação de equipes técnicas e pedagógicas, bem como articular parcerias que facilitem e garantam à ampliação do atendimento as pessoas com deficiência no Sistema Senac.

Na perspectiva de inclusão educacional e social, atendendo ao Parecer 11/2012, incluímos na proposta pedagógica a acessibilidade e o atendimento educacional especializado propiciando plena e efetiva formação e participação da pessoa com deficiência na sociedade.

4.3.2 Perfil do aluno

Para entender as condições de vida de uma população, o trabalho tem uma importância fundamental, seja no sentido social, seja no econômico. Individualmente, é uma das principais formas de realização pessoal e, ao mesmo tempo, uma das principais formas de integração social. Além disso, é a maior fonte geradora de renda e riqueza, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade como um todo.

Com essa premissa o Senac/MS tem a preocupação com a formação integral do indivíduo acreditando que a educação é o alicerce para a inclusão social, geração de trabalho e renda e para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Sendo assim os alunos do Senac/MS são: aprendizes que estão na faixa etária entre 14 e 24 anos e constam do quadro das empresas situadas

na região sul-mato-grossense; pessoas na idade adulta que procuram não apenas um local de construção da aprendizagem, mas um local onde possam redescobrir a vida e se reconhecer como cidadãos, com consciência crítica, ampliando e aprofundando o seu conhecimento, buscando um lugar no mercado de trabalho; ou ainda, pessoas desempregadas motivadas a criarem empreendimentos que, em curto espaço de tempo, produzam aumento de renda e aperfeiçoamento profissional.

A identificação do público serve para o Senac/MS como orientador a estudos que demonstra o perfil do aluno, que frequenta a Instituição e de que forma se dará a formação do mesmo. Para melhor compreender essa realidade consideram-se alguns fatores que se articulam, tais como: estudo de mercado local, estudos em relação às classes sociais, aos grupos, a faixa etária, a escolaridade, a renda familiar e a procura por cursos.

Os dados apontam caminhos a serem traçados e a responsabilidade diante de uma formação profissional de qualidade, estando a Instituição atenta à identificação e necessidade dos clientes.

4.3.3 Perfil do docente

Ao se falar do desenvolvimento de competências profissionais, faz-se necessário enfatizar o papel do corpo docente envolvido no processo de ensino-aprendizagem, considerando que pelo seu intermédio toda a metodologia proposta será efetivada. Além de promover o desenvolvimento de competências técnicas, conforme preconizado no Parecer CNE/CEB nº. 11/2012, na Educação Profissional. *Quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar.* (grifo nosso). Devendo o docente estar apto para preparar o cidadão em relação ao desenvolvimento de seu saber trabalhar em contexto profissional cada vez mais complexo e exigente para propiciar aos alunos o desenvolvimento de senso de responsabilidade, espírito crítico, autoestima, autoconfiança, sociabilidade, firmeza e segurança nas decisões e ações, capacidade de autogerenciamento, com autonomia e disposição empreendedora, honestidade e integridade ética.

Do docente da educação Profissional é exigido, tanto o domínio dos saberes pedagógicos necessários para conduzir jovens e adultos nas trilhas da aprendizagem e da constituição de saberes disciplinares do campo específico de sua área de conhecimento, para poder fazer escolhas relevantes dos conteúdos que devem ser ensinados e aprendidos, para que os formandos tenham condições de responder, de forma original e criativa, aos desafios diários de sua vida profissional e pessoal, como cidadão e trabalhador.

Na concepção de que educação profissional requer um docente mediador, orientador, conselheiro, arquiteto e artista, dando nascimento àquele que tem a arte, àquele que transita do ensinar ao dar suporte ao aprender, como nos mostra o trecho do poema de Rubem Alves:

[...] O estudo da gramática não faz poetas. O estudo da harmonia não faz compositores. O estudo da psicologia não faz pessoas equilibradas. O estudo das "ciências da educação" não faz educadores. Educadores não podem ser produzidos. Educadores nascem. O que se pode fazer é ajudá-los a nascer. Para isso eu falo e escrevo: para que eles tenham coragem de nascer..." (2003).

Para o Senac/MS o corpo docente, dentre outras, tem a função de propiciar situações de aprendizagem, por meio da definição de atividades, sejam individuais e coletivas, planejadas para a construção de saberes sistematizados, tendo em vista a construção de competências.

4.3.2.1 Programa de Desenvolvimento de Educadores

Os docentes que atuam na formação profissional dos alunos da Senac/MS são selecionados segundo critérios estabelecidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas – DEGEP, que tem suas ações orientadas pelo Processo SD – Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos, procedimento PR 07, com o objetivo de conceituar e orientar as atividades referentes à seleção, contratação e desenvolvimento de RH e das ações educacionais, em conjunto com os analistas do Departamento de Educação Profissional - DEEPE, que se orientam pelo Processo GP – Gestão de Produtos, procedimento PR 01, com objetivo de orientar as atividades de desenvolvimento, atualização ou inclusão de produtos educacionais com base no perfil exigido para cada ação. A seleção de docentes é

efetuada a partir da demanda do Centro de Educação Profissional para a operacionalização de suas ações educacionais.

Com a proposta de realização do Plano de Desenvolvimento de Docentes aumentar-se-ão as possibilidades de manter o corpo docente atualizado nos assuntos pertinentes à didática e novidades tecnológicas, que permeiam a educação profissional, buscando-se, assim, como diferencial, a criatividade e a qualidade na prestação dos serviços do Senac/MS.

Nesse sentido a concretização de ações, sobretudo as de cunho didático- pedagógico, tem relação direta com a formação continuada do docente, tendo em vista sua importância como agente de transformação junto aos alunos.

O Programa de Desenvolvimento de Educadores – PDE é composto pelos seguintes momentos:

- Ambientação à Instituição: tão logo o docente é admitido na instituição, é familiarizado com o histórico, conceitos e pressupostos do Senac e contextualizado sobre a unidade operativa onde vai atuar.
- Oficinas Pedagógicas: num segundo momento, os docentes participam de oficinas pedagógicas, onde são abordados os temas diretamente relacionados com a sua atividade docente: planejamento de ensino, estratégias metodológicas e avaliação da aprendizagem.
- A capacitação de docentes, intitulada de Didática da Educação Profissional, é promovida pelo Centro de Educação Profissional, com o apoio da Direção Regional, por meio do Departamento de Gestão de Pessoas – DEGEP e do Departamento de Educação Profissional - DEEPE, podendo ser pelas modalidades de aula presenciais e também a distância.

O Programa de Desenvolvimento de Educadores - PDE é promovido pelos Centros de Educação Profissional, com apoio da Direção Regional, por meio do Departamento de Gestão de Pessoas - DEGEP e do Departamento de Educação Profissional - DEEPE.

A formação de profissionais e desenvolvimento de docentes do Senac dispõe de curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, desenvolvido pela Rede EAD Senac.

4.3.3 Perfil do Coordenador Pedagógico

As instituições buscam constantemente oferecer uma educação profissional de qualidade e para isso conta com a contribuição de uma equipe competente que desenvolva suas funções com eficácia. Nesse sentido ressalta-se a importância de promover constantemente ações que sustentem o trabalho em equipe e que priorize a formação docente, contribuindo para um processo administrativo de qualidade.

O coordenador pedagógico necessita do conhecimento teórico para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os docentes, é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades que aparecem, buscando fontes de informação e refletindo sobre a prática.

O papel de coordenador pedagógico consiste atuação efetiva na formação contínua dos docentes, no planejamento, acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem, sempre atento às necessidades dos alunos, e também ao desempenho dos docentes em sua prática pedagógica, orientando a adoção de estratégias de recuperação, sempre que necessário; um líder responsável pela motivação e integração da equipe docente tendo como base às diretrizes e fazeres da Instituição.

Vale reforçar que dentro das diversas atribuições que o Coordenador Pedagógico do Senac/MS desenvolve está a de planejar, organizar e operacionalizar de forma eficaz as ações educacionais, empenhando-se para garantir a efetividade do processo ensino e aprendizagem, de acordo com a proposta metodológica da Instituição, considerando com igual teor a descrição da função, da matriz de competência dos diversos cargos e funções do Manual de Plano, Cargos, Carreiras e Salários do Senac/MS.

A coordenação pedagógica tem composição conforme o número de alunos matriculados, diversidade de eixos tecnológicos, níveis dos cursos e programas desenvolvidos nas Unidades Operativas. É exercida por profissional com habilitação em Pedagogia, e, para alguns eixos tecnológicos, quando necessário, as Centros de Educação Profissional contam também com os coordenadores técnicos, especialistas em suas áreas de atuação.

Para realização de suas ações, o Coordenador Pedagógico se orienta pelos seguintes processos e procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade: Operacionalização da Ação Educacional – OP, procedimento PR11, Processo Documentação Escolar – DE, procedimentos PR09 e PR10, Processo Produtos Educacionais – GP, procedimento PR01, Processo Planejamento de Ações Educacionais – PO, procedimento PR02, Processo Logística e Infraestrutura – LI, procedimentos PR05 e PR06 e no Regimento Escolar.

V - MARCO OPERATIVO

Em 23 de julho de 2004, foi publicado o Decreto Federal nº 5.154, que regulamenta a nomenclatura referente à oferta da Educação Profissional e Tecnológica, bem como as formas de sua implantação. A partir dessa data, conforme define o Artigo 1º desse Decreto, a Educação profissional e tecnológica prevista no Artigo 39 da LDB nº 9.394/96, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, deve ser desenvolvida por meio dos seguintes cursos e programas: formação inicial e continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. Em consonância com esse Decreto entra em vigor a Lei nº 11.741, de 16/07/2008, que estabelece uma nomenclatura diferenciada, melhorando o entendimento para a oferta dos cursos, que passa a ser:

- I- Formação Inicial e Continuada ou Qualificação;
- II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e
- III - Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós- Graduação.”²

A lei e os decretos representam um marco para a Educação Profissional e Tecnológica, pois são instrumentos que possibilitam integrá-la às demais formas da educação nacional e, portanto, dever da sociedade e do Estado de garantir aos cidadãos o direito à profissionalização e ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Sendo assim, com base na legislação, o Senac/MS enfatiza a importância da independência do ensino regular, com o reconhecimento de sua importância no contexto nacional e o propósito de promover a transição entre escola e o mundo do trabalho, ofertando ações com o cuidado de que as mesmas não

² BRASIL. Lei, Decretos. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, p.18, 26 jul.2004.

substituam a educação básica e nem com ela concorra. A valorização de uma não representa a negação da importância da outra.

5.1.1 Níveis e Modalidades

Compreendem cursos e programas estruturado de acordo com o Glossário Educação Profissional e Tecnológica Senac, que são ofertados segundo itinerários formativos, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos, em todos os níveis de escolaridade, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA OU QUALIFICAÇÃO

De acordo com a legislação vigente, todos os cursos e programas dessa modalidade de Educação Profissional são considerados “livres”, uma vez que não há nenhum dispositivo normativo ou legal que determine sobre a estruturação curricular, escolaridade mínima de ingresso ou carga horária mínima das ofertas, ficando cada um desses aspectos a critério das instituições de ensino e de seus projetos pedagógicos.

A Formação Inicial e Continuada ou Qualificação é uma modalidade que engloba cursos de capacitação e aperfeiçoamento. Os cursos e programas ofertados, segundo itinerários formativos, possibilitam contínuo e articulado aproveitamento de estudos, estendendo-se a todos os níveis de escolaridade. Para o Senac/MS as ações de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade Formação Inicial são regidas nos termos do Catálogo Nacional de Cursos Senac – 2009, garantindo coerência interna e assegurando princípios e critérios sólidos de organização dos cursos, de forma a contribuir efetivamente com a elevação do nível de qualificação profissional do trabalhador sul-mato-grossense.

A Formação Inicial e Continuada ou Qualificação inclui ainda os programas de aprendizagem, programas socioprofissionais, socioculturais e instrumentais para cidadãos de todos os níveis de escolaridade.

Aprendizagem: Um programa que contribui para a formação de jovens para o ingresso no mercado de trabalho, permitindo-lhes desenvolver competências básicas para o trabalho, compatíveis com as novas exigências tecnológicas, organizacionais, culturais, éticas e estéticas do trabalho, especialmente as requeridas para a inserção e permanência em atividades produtivas do setor de comércio de bens, serviços e turismo.

Capacitação: Cursos destinados a pessoas com escolaridade variável, que objetivam desenvolver competências necessárias ao exercício de uma ocupação com identidade reconhecida pelo mercado de trabalho. A carga horária, nunca inferior a 160 horas, deverá ser compatível com o desenvolvimento das competências definidas no perfil profissional de conclusão.

Aperfeiçoamento: Cursos e programas com características variadas, destinados exclusivamente a profissionais, para complementação, atualização ou aprofundamento de competências que visam ao seu desenvolvimento frente às mudanças em curso no mundo do trabalho.

Programas Socioprofissionais: Cursos e programas, com características variadas, destinados ao desenvolvimento de competências relacionadas ao exercício de atividades geradoras de renda, sendo ofertados, entre outros: embalagens artesanais, doces e salgados, bolos e tortas, culinária diet.

Programas Socioculturais: Cursos e programas, com características variadas, destinados ao desenvolvimento de competências relacionadas ao aprimoramento pessoal. Entre eles, estão os de: Ética, Etiqueta, Pintura em Tecido, Automaquiagem.

Programas Instrumentais: Cursos e programas que permitem desenvolver competências instrumentais requeridas para o exercício profissional ou suprir carências da educação básica, tais como: Língua Portuguesa, Matemática, Informática (Editores de Texto, Aplicativos de Apresentação e Planilhas Eletrônicas), Digitação, Primeiros Socorros, CIPA.

Certificação Profissional: Avaliação individual de competências profissionais, desenvolvidas no mundo do trabalho, para fins de certificação no nível da capacitação profissional, possibilitando ao

candidato a continuidade de estudos ou certificação profissional, conforme o estabelecido no Parecer CNE/CEB nº 40/2004.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

A legislação educacional qualifica o Técnico de Nível Médio como o profissional que recebeu habilitação em cursos oferecidos por Instituições credenciadas pelo Sistema Federal ou Estadual de Ensino, voltado para área profissional específica. A CBO, Classificação Brasileira de Ocupações é o documento do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego que reconhece, nomeia, codifica e descreve as ocupações identificadas, por meio de pesquisa de campo, no mercado de trabalho brasileiro.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio compreende cursos normatizados por Diretrizes Curriculares Nacionais organizados por eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e organizado pelo Ministério da Educação em uma ou mais ocupações da CBO e autorizados pelos respectivos sistemas de ensino, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos e o contínuo e articulado aproveitamento de estudos e competências profissionais, assim classificados:

Qualificação Técnica: Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino que tem como requisito mínimo de acesso o Ensino Fundamental completo, destinados a propiciar o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de uma profissão reconhecida no mercado de trabalho. Integra a organização curricular de uma Habilitação Profissional Técnica de nível médio, compondo o itinerário formativo do técnico.

Habilitação Técnica de Nível Médio: Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino, que objetivam a profissionalização do Técnico de nível médio. Destinam-se a pessoas que estejam cursando, ou seja, egressas do Ensino Médio ou equivalente, nos termos do artigo 36, da Lei nº 11.741/2008.

Especialização Técnica de Nível Médio: Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino, vinculados a uma Habilitação Técnica, que compõem o itinerário formativo do Técnico de nível médio. Devem propiciar o domínio de novas competências àqueles que já são habilitados e que desejam especializar-se em um determinado segmento profissional. Confere certificado de Especialização Técnica.

Certificação Profissional: Avaliação de competências profissionais desenvolvidas no mundo do trabalho ou em cursos de Capacitação e Aprendizagem, para fins de certificação da qualificação profissional técnica, objetivando a continuidade de estudos até a conclusão da Habilitação Profissional Técnica de nível médio, nos termos do artigo nº 41 da LDB e do Parecer CNE/CEB nº 40/2004.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Educação Superior compreende cursos previstos no artigo 44 da Lei nº 9.394/1996 e no artigo 1º da Lei nº 11.741/2008, normatizados por Diretrizes Curriculares Nacionais, destinados aos concluintes do Ensino Médio ou equivalente, classificados em processo seletivo. A oferta de cursos Superiores de Graduação e Pós- Graduação está condicionada ao credenciamento da Instituição de Ensino Superior e à autorização e reconhecimento dos cursos pelos órgãos próprios do Sistema de Ensino da União. São eles:

Graduação: Cursos de educação profissional tecnológica de graduação que se organizarão no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação em consonância com o Decreto nº 5.154/2004.

Pós-graduação: Programas e cursos oferecidos para profissionais graduados, que atendam às exigências específicas das instituições de ensino e das normas vigentes. Compreendem programas de Pós- Graduação lato sensu (especialização, MBA e aperfeiçoamento de nível superior), em áreas afins à graduação.

Extensão: Cursos e programas, inclusive oficinas, workshop, laboratório e treinamentos oferecidos por Instituições de Educação Superior, que podem ser de Qualificação, Requalificação Profissional, Atualização e Aperfeiçoamento para disseminar o conhecimento construído no ensino de graduação e de pós-graduação. Abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino e conferem certificado a seus concluintes.

AÇÕES EXTENSIVAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As ações extensivas à Educação Profissional são programações variadas, com o objetivo de disseminar informações e conhecimentos, no âmbito da educação profissional. Podem conferir certificados de participação, estabelecendo-se como critério a frequência. São elas:

Palestras, Seminários, Conferências, Simpósios e Eventos Similares: Atividade destinada a grupos com interesses comuns que se propõem a debater tema pré-determinado de foco social, cultural, educacional ou profissional.

Concursos, Desfiles, Festivais, Exposições, Feiras de Produtos e Equipamentos: Atividades destinadas à divulgação de trabalhos desenvolvidos pelos alunos; à promoção de empresas do setor de comércio de bens, serviços e turismo; à demonstração de produtos; à disseminação de inovações tecnológicas.

Campanhas e Outros Eventos de Caráter Sócio-profissional e Cultural: Atividades de caráter social, realizadas junto à comunidade, objetivando o desenvolvimento da cidadania e o cultivo de valores que estimulem a solidariedade.

Produção e Veiculação de Programas de Televisão e Rádio: Atividade que tem por objetivo possibilitar, ao público em geral, maior acesso à informação, proporcionando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania.

Teleconferência: Objetiva a disseminação de informações, com interação em tempo real, estando os participantes em ambientes fisicamente distintos.

Assessoria e Consultoria: Essas atividades têm por objetivo contribuir para a melhoria do desempenho de empresas do setor de comércio de bens, serviços e turismo, mediante orientação na implantação ou aprimoramento de processos e sistemas, adoção de novas tecnologias e utilização de novas estratégias gerenciais.

AÇÕES COMPLEMENTARES À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As ações complementares à Educação Profissional são institucionais e destinadas a apoiar e acompanhar a efetividade da oferta de educação profissional e tecnológica do Senac:

Encaminhamento e Acompanhamento de Egressos no Mercado de Trabalho: Considerando sua missão institucional, o Senac/MS disponibiliza os serviços do Banco de Oportunidades de Trabalho - BOT, com o objetivo de aproximar empresas e profissionais qualificados nos cursos oferecidos pela instituição. Buscando facilitar a inserção de seus alunos no mercado de trabalho e acompanhar a sua trajetória profissional por períodos definidos.

Pesquisas, Análises e Outros Estudos: Atividades que objetivam gerar dados e informações para subsidiar a oferta de ações de educação profissional e tecnológica do Senac.

Produção de Material Didático: Produção de livros, vídeos, softwares, revistas e outros materiais de apoio ao processo de aprendizagem.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Além dos cursos presenciais, o Senac Departamento Nacional implantou a Rede EAD Senac, da qual participa o Departamento Regional de Mato Grosso do Sul. A Educação a Distância coloca-se como uma modalidade importante no desenvolvimento do contexto da política permanente de expansão da educação.

No entanto, apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, como ponto primordial a todos aqueles que desenvolvem projetos na modalidade EAD o Senac tem a compreensão de

EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA. Garantindo que o processo de formação contemple a dimensão técnico científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão.

Assim, contemplamos as possibilidades apresentadas pela interdisciplinaridade e contextualização, em termos de formação do sujeito social, com uma compreensão mais ampla da realidade, contempladas nos planos de cursos ofertados na modalidade à distância. Isto porque educação a distância compõe um processo educativo como os demais, cuja finalidade, naquilo que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB em seu artigo 2º é “... o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Tendo o aluno como centro do processo educacional, um dos pilares para garantir à qualidade de um curso a distância é a interatividade entre docentes/tutores, alunos e pessoal técnico administrativo. Hoje, um processo muito facilitado pelo avanço das TIC- Tecnologias de Informação e Comunicação.

Os materiais para uso a distância, busca integrar as diferentes mídias, explorando a convergência e integração entre materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de videoconferências e teleconferências, dentre outros, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e favorecendo a interação entre os múltiplos atores. Cabe ao Senac/MS manter e disponibilizar tecnologias que possibilitem a mediatização da aprendizagem de modo síncrono, como o Chat, e também assíncrono como Fórum e lista de discussão, proporcionando, pela combinação das diversas ferramentas, um meio de aprendizagem, flexível, participativo e dinâmico.

5.1.2 Itinerário Formativo

Diante dos desafios impostos pela realidade, consolida-se a ideia de que a educação profissional e tecnológica deve favorecer a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho sem deixar de considerar a necessidade de uma educação contínua ao longo da vida. É nessa conjuntura que se efetiva a reforma da educação nacional, que prevê a formação com base no desenvolvimento de

competências, na implementação de currículos mais flexíveis e na oferta de cursos de educação profissional, elaborados com base em Itinerários Formativos, o que possibilita a melhor adequação dos sujeitos a uma realidade em permanente mutação.

Os documentos legais definem de modo claro os princípios que orientam as concepções da educação profissional. Além da observância aos valores estéticos, políticos e éticos, que são considerados princípios gerais que devem orientar a educação profissional a integração da ciência tecnologia e cultura, a produção do conhecimento e a intervenção social. O Parecer CNE/CEB nº11/2012, homologado em 20 de setembro de 2012 aponta parâmetros que definem a identidade e a especificidade da educação profissional. Como o desenvolvimento de competências para a laborabilidade e a flexibilidade, indissociabilidade entre teoria e prática, a interdisciplinaridade, articulação, contextualização das bases tecnológicas que compõem a organização curricular, a identidade dos perfis profissionais, a atualização permanente dos cursos e currículos e o respeito ao princípio constitucional legal do pluralismo de idéias e concepções pedagógicas.

A articulação desse conjunto de princípios permite compreender melhor a questão dos itinerários profissionais e formativos. A proposição de desenvolver competências para a laborabilidade surge como resposta a um contexto socioeconômico instável.

A flexibilidade curricular dá maior autonomia ao Centro de Educação Profissional para definir suas programações de acordo com as realidades locais, considerando na construção dos currículos as diferentes perspectivas: na oferta de cursos, na organização dos conteúdos por blocos temáticos, projetos e módulos na modalidade de ensino e nas atividades pedagógicas desenvolvidas ao longo da formação.

Num mundo caracterizado por mudanças cada vez mais rápidas, o desafio consiste em manter sempre atualizadas as competências que regem a oferta da educação profissional, assim como itinerários formativos condizentes com o mercado de trabalho. Os princípios que orientam a organização e a oferta da educação profissional e tecnológica sugerem, por fim, que cada Unidade

Operativa permaneça atenta à realidade e aos planos de ação educacional, evitando, de um lado, o imediatismo e de outro, a defasagem.

5.1.3 Eixo Tecnológico

Atendendo aos princípios da LDB, 1996, o MEC – Ministério da Educação, em cumprimento à Lei 11.741, de 16 de julho de 2008, determina uma nova forma de organização da educação profissional e tecnológica com o propósito de ressignificar a noção de educação profissional e tecnológica para além do enfoque centrado exclusivamente no desenvolvimento de competências técnico-operacionais.

Na prática, ocorreu uma mudança de foco: a educação profissional e tecnológica, antes voltada para áreas específicas, passa a ser agrupada em torno de fundamentos científicos comuns, configurando os eixos tecnológicos. A organização é correspondente à identificação dos princípios científicos e tecnológicos comuns a cada um dos segmentos que compõem cada eixo. Esses princípios, fontes geradoras das bases tecnológicas ordenadoras dos currículos, é que determinam a reorganização de cursos.

Eixo tecnológico é entendido como a linha central de estruturação de um curso, definida por uma matriz tecnológica, que dá a direção para o projeto pedagógico e que perpassa transversalmente a organização curricular do curso, dando-lhe identidade e sustentáculo. Dispostos por eixos, os cursos possibilitam maior interdisciplinaridade e, conseqüentemente, maior integração do corpo docente para o planejamento das ações e aplicações metodológicas compatíveis com as características e demandas da comunidade e dos projetos de desenvolvimento socioeconômico locais. A identidade dos eixos permite perceber, com mais clareza, a afinidade existente entre os diferentes segmentos profissionais que compõem os variados eixos tecnológicos.

Com base nessa premissa, o Senac/MS estrutura os cursos e programas ofertados segundo itinerários formativos por meio dos eixos tecnológicos, fortalecidos na elaboração de cada plano de

curso no modelo do currículo por competência. Na perspectiva de formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em um determinado eixo tecnológico e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade, o Departamento Nacional do Senac instituiu o Catálogo Nacional de Curso disponibilizando um importante instrumento indutor da qualidade, configurando-se num marco referencial para a oferta de cursos.

Nele, percebe-se, que o atendimento às mudanças sugeridas pelo MEC reflete no posicionamento do Senac/MS de sempre pensar a educação profissional e tecnológica para além do aspecto tecnicista e em consonância com as mudanças ocorridas na sociedade. O Catálogo Nacional de Cursos, do Ministério da Educação, instituído pela Resolução nº 4, de 6 de junho de 2012, apresenta uma nova versão, a incorporação de novos cursos, considerados de grande relevância para a formação profissional dos jovens e adultos do país e que respondem às demandas existentes. Compreende a caracterização do eixo tecnológico, sua natureza tecnológica e seu núcleo politécnico, além da relação de cursos com indicação de carga horária mínima, temas norteadores, infraestrutura e caracterização do profissional.

O eixo tecnológico tem interfaces que supõem práticas que envolvam interação, cooperação e questionamentos de olhares diferentes sobre determinado objeto comum. O núcleo politécnico do eixo compreende as bases tecnológicas nele contidas e que deverão figurar como componentes curriculares que perpassem todos os cursos. Podem ser vistos como grandes agrupamentos de ações, de aplicações científicas à atividade humana.

Um eixo tecnológico apresenta um núcleo politécnico comum, baseado nas mesmas ciências e utilizando métodos semelhantes. Isso significa que os processos de ensino e aprendizagem recaem sobre a tecnologia, e não mais apenas sobre a atividade produtiva.

A educação profissional e tecnológica de acordo com a lógica dos eixos tecnológicos contempla prioritariamente:

1. Ambiente e Saúde - cuidar
2. Desenvolvimento Educacional e Social - fundamentar
3. Gestão e Negócios - gerir
4. Hospitalidade e Lazer - acolher
5. Informação e Comunicação - comunicar
6. Infraestrutura - manter
7. Produção Cultural e Design - criar
8. Recursos Naturais - preservar
9. Segurança - proteger

Para cada eixo tecnológico há uma natureza tecnológica ou matrizes tecnológicas que possuem um ponto comum que as articula. São identificadas a partir de um verbo, ou seja, uma ação. O que torna muito mais simples a identificação do conjunto de diferentes práticas reunidas nos princípios científicos comuns.

A concentração, em um mesmo eixo, de práxis diferenciadas - as matrizes tecnológicas que possuem um ponto comum de convergência que as articula e lhes dá identidade implica uma retomada do conceito de interdisciplinaridade como princípio orientador da práxis educativa. Isso se evidencia porque a articulação dos diferentes segmentos de ação do eixo passa a supor práticas que envolvam participação interativa, cooperação, questionamentos de olhares diferentes sobre determinado objeto/problemática comum.

O eixo tecnológico deve orientar a definição dos componentes essenciais e complementares do currículo; expressar a trajetória do itinerário formativo, desde a formação inicial até o técnico e respectivas especializações; direcionar a ação educativa da Instituição e estabelecer as correspondentes ações pedagógicas.

Cada eixo tecnológico se caracteriza por meio de um núcleo politécnico comum que se fundamenta nas ciências voltadas à atividade humana, utilizando métodos semelhantes que tornam o processo educativo mais sintonizado. Convém ressaltar que o núcleo politécnico do eixo contém as bases tecnológicas que figuram como componentes curriculares, que perpassam todos os cursos.

Na caracterização dos eixos destacamos o conceito de politecnia, que surge como fio condutor da nova organização curricular. A referência à politecnia explicita a intenção de romper com um modelo de educação profissional e tecnológica que de ênfase à atividade produtiva voltada ao processo de ensino e de aprendizagem centrada no simples fazer das técnicas específicas de um processo produtivo, mas de fortalecer o modelo da organização profissional por eixos tecnológicos nos processos de ensino e de aprendizagem sobre a tecnologia entendida como intervenção ou transformação humana da realidade, a partir da apropriação do indivíduo dos princípios científicos que estão na base da produção.

Como a tecnologia, em si, é um campo multifacetado, associado com a atividade da vida e da prática humana, intrínseca a todos os campos da vida social dos cidadãos trabalhadores ela apresenta uma profunda interrelação com a ciência. A classificação anterior seguia a lógica das atividades econômicas, dos setores produtivos. A classificação proposta segue a lógica do conhecimento tecnológico e da inovação tecnológica.

5.2 Dimensão Pedagógica

O homem, ao longo de sua história, foi se apropriando do mundo de dois modos distintos, mas interligados: um de forma material, através dos sentidos, por meio da ação física sobre a realidade; e outro, de forma conceitual, por meio de representações sobre o seu mundo e sua vida. Nesse processo (conceito) alimenta a prática (ação), retornando ao pensamento e reinventando a prática, num processo contínuo e interminável. Então, é preciso se admitir uma complexa relação entre a teoria e prática, tendo em vista que uma determina a outra.

Para Demerval Saviani: *“Frequentemente denomina-se teoria a um fenômeno cujo conteúdo corresponde a ‘verbalismo’, entendido aqui como o ‘gosto da palavra oca’. E é comum aplicar-se ‘prática’ a algo cujo conteúdo deveria, antes, ser denominado de ‘ativismo’. Ora, o que exclui a prática é o verbalismo e não a teoria; e o que exclui a teoria é o ativismo e não a prática.”* (SAVIANI, 1990, p.04)

Toda atividade educativa deve estar pautada em um referencial teórico que lhe de sustentação, por isso é tão necessário que o processo pedagógico seja constantemente refletido por meio de atitudes críticas sobre o pensar e o agir.

Essa reflexão leva à superação do senso comum, transformando a práxis educativa, isto é, teoria e prática juntas em ato consciente. Para tanto, é preciso que o educador conheça ainda em linhas gerais as concepções de aprendizagem que permeiam a educação e seus desdobramentos na prática pedagógica.

Em termos teóricos configuramos quatro pressupostos: unicidade da teoria e da prática; ação consciente e organizada da unidade operativa; participação efetiva da comunidade educacional e reflexão coletiva; articulação da escola, da família e da comunidade.

A prática pedagógica precisa mudar porque mudou o mundo e também porque mudou seu público. De uma perspectiva profissional, a educação deve promover a capacidade de aprendizado permanente e desenvolver instrumentos para atividades intelectuais, práticas, coletivas e inovadoras, como a capacidade de expressão, de comunicação e de aquisição de informações, criatividade e equilíbrio emocional para a confrontação de idéias, todos igualmente importantes para o exercício de uma cidadania plena.

Busca-se no Senac/MS adotar a prática reflexiva. Dentro desta perspectiva à base do trabalho de todos os envolvidos no processo educacional e que a escola precisa pensar continuamente em si própria, na sua missão social e na sua organização, o que na prática escolar é vivenciado como:

- Refletir sobre a ação a realizar e sobre a ação realizada;
- Duplo processo de exteriorização e interiorização;
- Reflexão através da auto- observação, transformação e emancipação;
- Ação permanente: antes, durante e depois.

Apesar das bases tecnológicas serem classificadas por natureza, especificidades e bloco temático, não significa que elas sejam trabalhadas separadas, pois todas elas estão estreitamente relacionadas e integradas, e, por mais específicos que sejam sua aprendizagem sempre está associada a bloco temático de outra natureza, podendo aparecer ao mesmo tempo em todas as dimensões, em função das competências que se pretendem alcançar, ou seja, uma base tecnológica pode ser explorada numa perspectiva conceitual, procedimental e atitudinal.

Em síntese os blocos temáticos serão estudados na sua integralidade com base nos seguintes aspectos:

- Aprender a conhecer combinando uma cultura geral, suficientemente vasta com a possibilidade de trabalhar em profundidade as diversas competências ou base tecnológicas. O que também implica aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida. Aprender a fazer a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a resolver problemas, enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.
- Aprender a viver juntos (conviver) desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua, da paz, da fraternidade, da solidariedade e do amor.

- Aprender a ser para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se, entre outros.

É imprescindível dentro de nossa proposta pedagógica sublinhar dois eixos na educação: interdisciplinaridade e contextualização:

- A interdisciplinaridade deve ir além da mera justaposição de bases tecnológicas e, ao mesmo tempo, evitar a diluição delas em generalidades. De fato, será principalmente na possibilidade de relacionar as bases tecnológicas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação, que a interdisciplinaridade poderá ser uma prática pedagógica e didática adequada.
- Contextualizar o conteúdo que se quer seja aprendido significa, em primeiro lugar, assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto. É possível generalizar a contextualização como recurso para tornar a aprendizagem significativa ao associá-la com experiências da vida cotidiana ou com os conhecimentos adquiridos espontaneamente. Em outras palavras: contextualizar as bases tecnológicas não é liberá-las do plano abstrato da transposição didática para aprisioná-las no espontaneísmo e na cotidianidade. Na prática, o conhecimento espontâneo auxilia a dar significado ao conhecimento.

Relacionando abordagem das bases tecnológicas com os pilares da educação: aprender a conhecer com conceituais; aprender a fazer com procedimentais e; aprender a ser e a viver com atitudinais.

A educação inclusiva gradativamente vai ganhando espaço. O atendimento ao aluno com deficiência considera as especificidades e necessidades de cada um. Cabe ao Senac estabelecer condições e recursos favoráveis necessários para promover o aprendizado. Firmando o compromisso em promover educação não apenas para todos, mas de forma igualitária e qualificada.

O tratamento dado aos temas transversais como forma de incluir no bloco temático questões sociais fazem- nos repensar sobre a metodologia e a função social do conhecimento.

Considerando que a educação profissional e tecnológica, a partir de como é observada/entendida pelo Senac/MS, extrapola a simples correlação com o mercado de trabalho, uma vez que busca a formação do cidadão na sua totalidade, torna- se necessário refletir sobre práticas pedagógicas que não leve a qualificação como fim em si mesma, mas aquela que forma para a vida na qual se insere o trabalho como foco fundamental da existência humana.

"O grande segredo da educação consiste em orientar a vaidade para os objetivos certos."

Adam Smith



"Não se pode ensinar nada a um homem. Pode-se apenas ajudá-lo a encontrar a resposta dentro dele mesmo."

Galileu Galieli, cientista italiano

O Senac/MS prepara seus educandos para a realidade do mundo do trabalho, para saber viver em sociedade, partilhando conhecimentos com a equipe na qual estará inserido e também para conhecer as formas flexíveis com as quais a aprendizagem poderá se apresentar.

A adoção de um modelo por competência implica em um aprofundamento das práticas pedagógicas, na medida em que a própria concepção proposta na legislação e, principalmente, as mudanças introduzidas no plano da organização curricular colocam novas questões para a prática do educador, que apontam para a necessidade de pesquisa constante que embasem o seu fazer.

Assim como esse Projeto Político Pedagógico nunca estará pronto e acabado, pois é um documento que exige flexibilidade e atualizações constantes, também as tendências do mercado de trabalho devem ser alvo de constante questionamento por parte dos responsáveis pelos materiais didáticos, documentos técnicos e pela organização de cursos. Devem-se criar mecanismos para envolver nesses questionamentos a comunidade em geral e, principalmente, o cliente Senac/MS.

5.2.1 Currículo

O currículo define a ideia que Instituição estabelece diante das práticas que são realizadas e que devem estar coerentes com a forma de pensar a educação e as aprendizagens necessárias para que o indivíduo seja inserido no mercado de trabalho. Para Sacristán:

“O currículo é uma práxis antes de um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino.” (SACRISTÁN, 2000. p.15)

Portanto, o currículo demonstra o fazer pedagógico da Instituição para a formação e atuação no mercado de trabalho. Nesse sentido o SENAC/MS adota o currículo por competência. Essa adoção

está pautada na visão de Perrenoud (1999), que enfatiza que os currículos voltados para a construção de competências devam promover um rompimento “drástico da quantidade de conhecimentos ensinados e exigidos” (p. 10), priorizando os conteúdos que possam ser exercitados por meio de situações complexas, isso quer dizer que não se pode formar por competências, oportunizando ao aluno apenas o treino ou memorização de conteúdos.

Cabe ressaltar que para formar por competências é necessário primar por um currículo que privilegie não apenas a transmissão do conhecimento, mas aquele em que se promovam situações em que esse conhecimento seja mobilizado. Dessa forma, o currículo proposto pelo Senac/MS, está no desenvolvimento de competências no indivíduo para enfrentar o mundo de trabalho, ou seja, os currículos passam a ser construídos a partir da definição de um perfil profissional que possua identidade reconhecida no mercado de trabalho.

Ao optar por um currículo por competência, acredita-se na responsabilidade de proporcionar aos alunos situações de aprendizagem o mais próximo possível da realidade do trabalho, que lhe permita desenvolver-se plenamente, considerando os pilares: conhecimento, habilidades, atitudes e valores.

Entende-se por conhecimentos conceitos e princípios de natureza cognitiva, ou seja, informações processadas por operações do pensamento; habilidades refere-se ao saber fazer relacionado com a prática do trabalho, transcendendo a mera ação motora; valores e atitudes se expressam no saber ser, na atitude relacionada com o julgamento da pertinência da ação, com a qualidade do trabalho, a ética do comportamento, a convivência participativa e solidária e outros atributos humanos, tais como a iniciativa e a criatividade. Nesta concepção, são elaborados os planos de ação educacional, conforme o modelo de competência, atendendo os estabelecidos no Processo Produtos Educacionais – GP, procedimento PR01.

É na interação dialógica que o docente e o aluno, juntos, podem construir o sucesso da aprendizagem, pois o conhecimento é organizado e sistematizado, e, dessa forma, os conhecimentos cotidianos são ampliados e a estes atribuídos novos significados que podem ou não estar vinculados à prática educativa e social.

5.2.1.1 Organização Curricular

Se o currículo é tudo o que se pensa sobre as ações que serão desenvolvidas na Instituição, a sua organização deve estar coerente com a forma em que ele irá ocorrer. O desenho curricular contempla a seleção das bases tecnológicas, organizadas por módulos, com ou sem terminalidade, por meio de blocos temáticos que reúne diferentes áreas do conhecimento articuladas por competências afins, segundo itinerários formativos, concebidos pela lógica dos eixos tecnológicos. Os módulos³ com terminalidade representam saídas para o mercado de trabalho, preparando o aluno para exercer algum tipo de atividade ocupacional.

A estruturação do currículo por módulos deve se orientar por três princípios fundamentais: a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a contextualização.

A flexibilidade curricular permite que os alunos construam itinerários formativos, segundo seus interesses com vistas à educação continuada, simultânea ou alternadamente com as fases do seu exercício profissional.

A interdisciplinaridade rompe com a fragmentação do conhecimento e a segmentação presentes na organização disciplinar tradicionalmente adotada, de forma linear. A lógica dos eixos tecnológicos reforça o rompimento dessa fragmentação, por meio de uma proposta que resulta numa interrelação das diferentes metodologias que transcendem os limites de uma disciplina e propicia ao aluno a oportunidade de analisar e solucionar problemas sob diferentes perspectivas.

³ Módulos são entendidos como um conjunto de conhecimentos profissionais que, estruturados pedagogicamente, respondem a uma etapa do processo formativo e possuem terminalidade profissional se tiverem como referência básica uma ocupação reconhecida no mercado de trabalho

A contextualização, por sua vez, garante estratégias favoráveis à construção de significações. Permite trazer para a sala de aula situações de aprendizagem em que se trabalha a realidade do aluno e do mundo do trabalho, integrando teoria à vivência da prática profissional.

Os conteúdos de ensino comprometidos com o desenvolvimento de competências profissionais são aqui chamados de bases tecnológicas⁴. Elas se constroem a partir de bases científicas (conceitos e princípios das ciências da natureza, da matemática, das ciências humanas) e instrumentais (correspondentes ao repertório dos indivíduos, ou seja, à linguagem e aos códigos que permitem comunicação e leitura do mundo), as quais devem ser desenvolvidas fundamentalmente na educação básica.

Pretende-se com este Projeto Político Pedagógico e com os processos mapeados no Sistema de Gestão da Qualidade manter uma coerência interna assegurando princípios e critérios sólidos de organização curricular, de forma a contribuir efetivamente com a elevação do nível de qualificação profissional do trabalhador sul-mato-grossense.

5.2.1.2 Plano de Curso

A mudança proposta na legislação vigente dá ênfase ao desenvolvimento de competências. Todo programa educacional do Senac/MS é orientado por um plano de curso, cuja elaboração é uma etapa privilegiada do planejamento educacional em que diferentes agentes precisam estar envolvidos. Conhecer o contexto ao qual a Instituição está inserida e assumir a elaboração de planos de cursos por competências é abandonar a organização por disciplinas e objetivos e caminhar para um novo paradigma educacional.

O plano de curso continua sendo importante ao processo educacional conforme preconizado nos documentos internos do Departamento Nacional do Senac:

⁴ Bases Tecnológicas: conjunto de conceitos e princípios resultantes da aplicação de conhecimentos aos processos de trabalho em um dado eixo tecnológico.

“A construção de planos de cursos é uma etapa privilegiada do planejamento educacional, por essa razão não pode prescindir da presença de todos os agentes envolvidos no processo educativo. A participação de docentes, supervisores e orientadores garantirá a qualidade técnica e o compromisso político tão necessário à ação educativa, tornando-os responsáveis pelo processo.” (DN, SENAC, 2003).

O plano de curso deve ser elaborado com o objetivo de desenvolver competências previstas no perfil profissional de conclusão. Nele devem ser contemplados os seguintes dados em relação ao curso: caracterização, justificativa, objetivos, requisitos de acesso, perfil profissional de conclusão, organização curricular, indicações metodológicas, critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores e ou estudos, critérios de avaliação, instalações e equipamentos, pessoal docente e técnico, certificados e diplomas.

5.2.1.3 Planejamento

Articulado ao Projeto Político Pedagógico, ao Plano de Curso e ao Plano de Trabalho Integrado, o planejamento da prática pedagógica ganha um sentido democratizado sendo um elemento articulador entre a teoria e as situações de ensino que fundamentam a prática dos educadores.

Portanto, o planejamento é a forma de organização do trabalho didático que está atrelado às questões sobre a aprendizagem dos alunos e o sucesso dos mesmos no mercado de trabalho. Gandin (1986) propõe que se pense no planejamento como uma prática educativa, o que significa estabelecer um relacionamento entre a intencionalidade do docente e a efetiva execução desta na sala de aula.

Para Fusari (1984), a questão do planejamento não pode ser compreendida de maneira desvinculada da especificidade da escola, da competência técnica, do compromisso político do docente e, ainda, das relações entre a escola, educação e sociedade. O planejamento não é neutro. O processo de planejamento não pode ser encarado como uma técnica desvinculada da competência e do compromisso político. O bom planejamento é aquele que modifica dialeticamente o real.

Com relação ao significado do ato de planejar, tem-se que é a partir do planejamento que se torna clara e precisa a ação, que organiza e sistematiza as ideias para efetivá-las de modo operacional na sala de aula. É por meio do planejamento que se articula teoria e prática, relação esta que será evidenciada na escolha das estratégias metodológicas.

Para que isso ocorra, o docente deve ter clareza da competência que deverá ser desenvolvida, a partir da qual serão articulados os insumos, as estratégias metodológicas, os procedimentos de avaliação e os indicadores de desempenho para tal competência.

Com base no Plano de Curso, o docente elabora com a Coordenação Pedagógica, o Plano de Trabalho Integrado – PTI. Momentos em que se coloca em prática o que está objetivado em cada Plano de Curso.

O PTI – Plano de Trabalho Integrado – é um formulário adotado pela Instituição com o objetivo de orientar o desenvolvimento dos diferentes blocos temáticos de uma ação educacional. Elaborado no início do curso, quando este contemplar mais de um bloco temático desenvolvido concomitantemente (e no decorrer do mesmo, entre módulos, quando houver), tem caráter de planejamento participativo, que possibilita que cada docente conheça as competências que seus colegas deverão trabalhar, assim como as bases tecnológicas respectivas a cada competência. Este planejar em grupo deverá contribuir para a realização de uma prática docente coesa, integrada e articulada às necessidades dos alunos e ao perfil de conclusão do curso.

O Senac/MS propõe o planejamento participativo por acreditar que essa forma de planejar envolve todos os atores da ação educativa nas decisões sobre aonde se quer chegar e de que maneira chegar.

O Plano de Curso e o Plano de Trabalho Integrado são entendidos como instrumentos que indicam a atividade direcional, metódica e sistematizada que será empreendida pelo docente junto aos seus alunos, em busca de propósitos definidos, ou seja, neles são traçados os objetivos pretendidos, os meios para alcançá-los e o modo como avaliar o processo, favorecendo um olhar comum para o fim projetado.

As ações previstas precisam ser avaliadas a cada momento, as decisões revistas e, se necessário, modificadas.

O Plano de Trabalho Docente - PTD, é um instrumento de trabalho individual do docente, devendo basear-se no PTI - Plano de Trabalho Integrado, quando houver, e ser entregue à Coordenação Pedagógica, no prazo estabelecido por ela, via e-mail ou físico. Nesse formulário o docente planeja suas aulas, organizando a distribuição do tempo, os recursos necessários, as estratégias e a forma de avaliar a aprendizagem de seus alunos. Os procedimentos para realização de prática pedagógica coerente com os ideais da instituição estão previstos no Processo Operacionalização da Ação Educacional - OP, procedimento PR11.

5.2.2 Metodologia de Ensino

Entende-se que aprendizagem é um processo, e a resultante do ato de aprender, e isto significa tomar conhecimento ou mesmo reter na memória, é quando o ser humano se acha capaz de alguma coisa. Quando há aprendizagem acontece mudança, transformação nos atos e atitudes do aprendiz. Essas mudanças envolvem pensamento, sentimentos e ações que se projetam na realidade social. Podemos identificar três maneiras de aprender:

- pelos aspectos cognitivos (idéias) saber e pensar
- pelas atitudes comportamentais - saber ser e sentir;
- pelas habilidades (ações práticas) saber fazer e agir.

A aprendizagem desenvolvida pelo bom educador envolve utilização de metodologias e a utilização de técnicas, assim como a seleção de boas estratégias.

As estratégias são os meios que facilitam a aprendizagem dos alunos e os conduz em direção aos objetivos propostos. O termo estratégias relaciona-se a todas as ações ou atividades exercidas em sala de aula e inclui:

- metodologias;
- técnicas de ensino;
- técnicas pedagógicas;
- métodos
- recursos

A aprendizagem precisa ser significativa para aquele que aprende e para que isto ocorra, é necessário que o educador relacione suas experiências com os conhecimentos dos alunos, formulando problemas e questões ligadas aos alunos, possibilitando a participação dos mesmos neste processo tão amplo.

O trabalho para o desenvolvimento das competências propõe uma metodologia que estimule procedimentos que permitam ao aluno reconstruir, experimentar, executar projetos, utilizando a relação docente- aluno, aluno- docente e aluno- aluno. A prática pedagógica deve propiciar a construção e reconstrução do conhecimento, baseado no diálogo e na troca de experiências, questionamentos, problematização, desafios e busca de soluções, oportunizando ao aluno a interação com o mundo e a sua realidade, sendo crítico e aprendendo a pensar e a resolver situações problemas.

Justamente quando se trata de resolver problemas em determinadas situações, esta mesma metodologia chega a envolver a pesquisa, pois para se resolver um problema faz-se necessário haver pesquisa.



A aprendizagem precisa ser significativa para aquele que aprende e para que isto ocorra, é necessário que o educador relacione suas experiências com os conhecimentos dos alunos...

Torna se uma estratégia de aprendizagem para diversas áreas de conhecimentos, e principalmente os inúmeros relacionados com a realidade social dos alunos. Em sua aplicação nos leva a mudarmos as rotinas de nossas aulas, objetivando uma melhor aprendizagem dos conteúdos.

Nas situações de ensino e aprendizagem, o conhecimento deve estar relacionado com a prática ou experiência do aluno a fim de adquirir significado. Os blocos temáticos não esgotam isoladamente a realidade dos fatos físicos e sociais, devendo buscar entre si interações que permitam aos alunos a compreensão mais ampla da realidade.

5.2.3 Ambientes de Aprendizagem

Ambientes de aprendizagem na perspectiva da construção do conhecimento requer dos envolvidos apropriação acerca de como realizar momentos de aprendizagens em ambientes reais ou virtuais, onde ocorre o processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido é importante salientar que o mercado de trabalho busca profissionais experientes e que tenham capacidades de enfrentar com segurança as situações novas. Para LÉVY (1999), referindo-se à velocidade da renovação do saber e do saber fazer, cita que, pela primeira vez, na história da humanidade,

“a maior parte dos conhecimentos adquiridos por uma pessoa no início de sua vida profissional será obsoleta ao final de sua carreira. Outra observação estreitamente ligada à primeira refere-se à nova natureza do trabalho. Cada vez mais, trabalhar é aprender, transmitir e produzir conhecimentos.” (LÉVY, 1999, p.167)

Por estar inserido nesse contexto o Senac/MS busca a formação dos alunos em ambientes reais de aprendizagens, priorizando a construção do conhecimento como forma de dar a ele a capacidade de se ajustar as características do mercado de trabalho em tempo real, fugindo dos programas de treinamento ou apenas de leituras maçantes que não levam a uma reflexão sobre o que está aprendendo e tampouco levam ao interesse pelo conteúdo sugerido. DEMO, (2003, p.10) chama atenção para a importância da aprendizagem feita com base naquilo que denomina de

questionamento reconstrutivo, base para a formação crítica do indivíduo. Segundo ele o indivíduo precisa saber fazer uma leitura crítica do mundo que o rodeia e é na prática, que o resultado dessa consciência se forma por meio do autoconhecimento, da capacidade de se expressar com clareza e da motivação para formular novos questionamentos. (DEMO, 2003, p. 7).

Para se tornar ambientes de aprendizagens é necessário levar em conta alguns fatores, tais como: contemplar atividades diferenciadas, transcender os limites do conteúdo propondo uma aprendizagem significativa, fazendo sentido para o aluno por meio de atividades que sejam realizadas no coletivo, envolver os alunos em situações reais que levem a aprendizagem e deixar com que se expressem diante daquilo que se está aprendendo, questionando e sendo questionado.

É necessário entender que ambiente de aprendizagem é lugar físico e mental que promove aprendizagem e que tem caráter didático ao simular o que se pretende ensinar. A sala de aula ou o Ambiente Virtual de Aprendizagem constitui um espaço privilegiado de aprendizagem. Nela está representado o mundo do trabalho, embora não devam prevalecer “relações de mercado”. O docente é o representante do mundo do trabalho, que cria as condições para que ocorra de forma significativa essa aprendizagem. Nesse espaço fundem-se e interagem os mais diversos tipos de conhecimento, pois cada um traz uma história de experiências, conhecimentos e reflexões sobre o mundo e sobre si mesmo.

Nesse sentido a estrutura física no Centro de Educação Profissional do SENAC/MS se configura excelente espaço de aprendizagem, com salas amplas e climatizadas, contendo equipamento e mobiliário em perfeito estado de conservação e adequado aos padrões de ergonomia, para oferecer as mais diversas ações nos eixos tecnológicos de Ambiente e Saúde; Apoio Educacional; Gestão e Negócios; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Cultural e Design e Segurança realizando atividades pedagógicas com a mesma qualidade.

O curso na modalidade de Educação a Distância oferece aos seus alunos um ambiente de aprendizagem virtual que permite a interação entre aluno x conteúdo, aluno x tutor, e aluno x aluno, cujas ferramentas de interação e comunicação devem possibilitar a construção do conhecimento de

forma colaborativa. Cabe ao Senac manter e disponibilizar tecnologias que possibilitem a mediatização da aprendizagem de modo síncrono, como por exemplo: o Chat, e também assíncrono como Fóruns e lista de discussão, proporcionando pela combinação das diversas ferramentas, um meio de aprendizagem, flexível, participativo e dinâmico.

Entendemos que um ambiente de aprendizagem compreende várias dimensões que vão desde a integração de diferentes materiais didáticos até a relação entre docentes, alunos, metodologias e estratégias de ensino. Essas dimensões devem ter a finalidade única de desenvolver a construção do conhecimento no aluno.

5.2. 4 Material Didático

O ambiente de aprendizagem é um local privilegiado de estudo que possibilita aos envolvidos responder, com agilidade e flexibilidade, às rápidas e permanentes modernizações do sistema produtivo. Daí a importância da organização de um espaço pedagógico que permita o desenvolvimento do aluno, dando-lhe suporte para a realização de explorações, garantindo-lhe identidade, segurança, confiança e promovendo oportunidades de construção de conhecimentos.

O cuidado com o ambiente de aprendizagem torna-se, portanto, imprescindível ao processo ensino e aprendizagem, devendo dispor, além de equipamentos e mobiliário adequado, recursos didáticos variados, interfaces e estimuladores da ação educativa. Todos os cursos ofertados pelo Senac possuem material didático sugerido pelos analistas do Departamento de Educação Profissional - DEEPE.

O Senac oportuniza nos cursos ofertados a utilização de diferentes materiais didáticos, como: livros editados pela Instituição, programas em vídeo, softwares e livros de editoras renomadas, biblioteca e salas de estudos para que o aluno receba a fundamentação para a formação de qualidade que almeja, ou seja, a importância da adoção e utilização de bons materiais didáticos leva ao aprimoramento e aperfeiçoamento dos estudos, uma vez que os mesmos fornecem subsídios teóricos e práticos.

Além do material didático que segue a lógica de módulos do próprio curso, os alunos recebem nos ambientes de aprendizagem referências bibliográficas técnicas e científicas relacionadas aos assuntos abordados. Conta ainda com o apoio do Coordenador Pedagógico que faz o acompanhamento presencial ou a distância, utilizando os diferentes meios de comunicação, como telefone, fax, correio eletrônico (e-mail) ou correio convencional cuidando para que os alunos aprendam. O acompanhamento sistemático dos alunos visa fortalecer a socialização e a interação dos envolvidos no processo educativo.

Os materiais didáticos utilizados pelos cursos da modalidade de educação à distância devem, na medida do possível, ser compostos por mídias didáticas impressas e audiovisuais. No que se refere à mídia impressa deve ser elaborada de forma clara e objetiva incentivando o aluno à leitura e à pesquisa, oferecendo aporte teórico e metodológico, sempre numa perspectiva interativa. A mídia audiovisual, vídeoaulas ou teleaulas, deve proporcionar a simulação, contextualização e transposição dos conteúdos teóricos para a realidade prática do aluno. Em ambos os casos, é essencial a motivação do aluno para que esse busque o conhecimento, resolvendo problemas e situações próximas ao seu contexto profissional. Sendo o material didático uma ferramenta de mediação sua elaboração e produção é preocupação sistemática para o Senac. Além disso, temos disponibilizado aos alunos: links de outros sites, textos complementares em pdf, vídeos, apresentações em Power point. Na elaboração do material temos com premissa que o material seja: completo, isto é, que todas as bases tecnológicas propostas no Plano de Curso sejam atendidas, que seja coeso, isto é, que os assuntos articulados façam sentido, que desenvolvam as competências previstas ou os objetivos propostos, que o aluno ao estudá-lo para aprender o que se espera e que consiga resolver as atividades propostas e que principalmente, possibilite a autogestão do conhecimento, isto é, que com ele o aluno passa encontrar todas as informações necessárias para que ele desenvolva as competências previstas ou atinja os objetivos propostos no curso, articulando sempre a teoria à prática.

5.3 Avaliação

A educação é um instrumento social, político e econômico que contribui para a inserção social dos sujeitos, tornando-se imperativo repensar a avaliação como uma prática educativa desenvolvida num horizonte democrático e, sobretudo, ético. De acordo com o documento “Referenciais para Educação profissional e tecnológica- Senac 2001” e com as determinações da Lei no 9.394/96, a avaliação não pode ser um momento isolado nos processos de ensino e de aprendizagem em função de sua relevância no contexto de um projeto pedagógico, pois o modo como se processe a avaliação favorecerá, ou não, a formação de pessoas competentes na sua área de atuação e, ao mesmo tempo, capazes de viver o exercício da cidadania.

No contexto atual, no qual a educação profissional e tecnológica prima pelo desenvolvimento permanente de competências supõe-se que a avaliação verifique a capacidade do aluno de, no enfrentamento de situações concretas, mobilizar e articular seus recursos subjetivos, bem como os conhecimentos, habilidades e valores construídos ao longo dos processos de ensino e de aprendizagem. Nesse sentido Hoffmann ratifica a ação do docente:

“Avaliação significa ação provocativa do professor, desafiando o educando a refletir sobre as situações vividas, a formular e reformular hipóteses, encaminhando-se a um saber enriquecido.”
(Hoffmann, J. 1999, p.153).

Na visão de desenvolvimento de competências, a avaliação perde o caráter classificatório e é substituído pela constatação do desenvolvimento, ou não, das competências descritas nos Planos de Ação Educacional. Não se constata ou avalia a competência somente por meio de atos realizados tampouco o desempenho se reduz a isso. Para avaliar exige-se clareza na definição do perfil de aluno que se quer formar. É necessário identificar as competências, para atuação e intervenção intencionais no processo educativo.

Além de estar a serviço da aprendizagem, a avaliação por competências deve estender-se no sentido de compreender a realidade escolar, visando ao aprimoramento das ações. Com esse objetivo deve revestir-se de certas características, tais como:

- ser democrática, no sentido de considerar que o processo de transformação da educação esteja comprometido com os interesses das camadas majoritárias da população;
- ser abrangente, significando que todos os integrantes e os diversos componentes da comunidade escolar sejam avaliados: a atuação dos docentes e de outros profissionais da instituição; os conteúdos e processos de ensino; os recursos físicos e os materiais disponíveis; a articulação da instituição com a comunidade;
- ser participativa, prevendo a cooperação de todos, desde a definição de como a avaliação deve ser conduzida até a análise dos resultados e escolha dos rumos de ação a serem seguidos, favorecendo a prática do diálogo, da crítica, da autocrítica e do autodesenvolvimento;
- ser contínua, constituindo-se efetivamente em uma prática dinâmica de investigação, pela análise das observações ao longo dos processos de ensino e de aprendizagem, que integram o Plano de Ação Educacional;
- ser imparcial, fazendo prevalecer a dimensão ética, de modo a evitar interferências subjetivas.

Para que a avaliação possa expressar concretamente as competências desenvolvidas pelos indivíduos é importante que seja planejada em conjunto, observando-se os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e psicossociais do aluno. Importa ainda que ao planejar a avaliação sejam consideradas algumas dimensões fundamentais:

- **Diagnóstica:** deve definir estratégias para identificar os conhecimentos prévios dos alunos, seus níveis de compreensão, facilidades e dificuldades na elaboração de conhecimentos e raciocínios específicos de um campo do saber e utilizá-los para a estruturação dos processos de ensino e de

aprendizagem. Essa dimensão da avaliação também é uma possibilidade de conhecer as competências adquiridas tanto por meios profissionais quanto educacionais e que poderão servir para fins de aproveitamento de estudos, requisitos de acesso ou até mesmo como critérios de seleção para o ingresso nos cursos.

- **Formativa:** permite identificar a evolução dos alunos durante os processos de ensino e de aprendizagem, por meio da observação contínua e permanente, pontuando tanto o progresso individual quanto coletivo. A análise dos trabalhos deve ser feita permitindo levantar subsídios para que o docente ajude o aluno a progredir no processo de construção do conhecimento, dos valores e qualidades pessoais, de desenvolvimento e aprimoramento das habilidades. Para os docentes, implica uma tarefa de adequação constante dos processos de ensino e de aprendizagem visando ao estabelecimento, quando necessário, de novas formas de atuação.
- **Recapitulativa:** realizada ao final de um tema, curso ou nível educativo, permite reconhecer se os alunos alcançaram os resultados esperados em função das situações de ensino e de aprendizagem planejadas. Pode constituir-se como mais uma etapa da metacognição: processo em que o sujeito toma consciência da forma como conseguiu aprender, ou seja, com quais passos, mecanismos e estratégias, podendo recuperá-los em novas aprendizagens.
- **Certificativa:** expressa o índice de aproveitamento e legitima a promoção dos alunos de um nível de ensino a outro e/ou confere uma determinada certificação, constituindo o momento conclusivo do processo de formação.

O conhecimento das características e das dimensões que perpassam a avaliação leva a superação da fragmentação do ensino, fazendo do espaço educativo um lugar para realização do projeto educacional, entendido como um conjunto articulado de propostas e planos de ação com uma intencionalidade definida, e fundamentalmente:

“vencer uma série de preconceitos e resistências. Por um lado vencer as representações deterministas de que alguns alunos são mais capazes que outros e aceitar que nem tudo está definido na vida. É preciso acreditar que os alunos podem dominar os mínimos necessários desde que lhe sejam dadas as condições adequadas de aprendizagem.” (PERRENOUD,2000)

Portanto, o ato de avaliar compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, sendo uma via de mão dupla, e os resultados obtidos definem e redefinem os rumos a serem seguidos tanto para o docente quanto para o aluno.

5.3.1 Avaliação da Aprendizagem

Ao avaliar coloca-se em prática um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem ao longo de um tempo e em vários espaços e segmentos, procedimentos de caráter múltiplo e complexo tal como se desenha um processo. Segundo Luckesi (1995)

“a avaliação escolar é um processo pelo qual se observa, se verifica, se analisa e se interpreta um determinado fenômeno, situando-o concretamente quanto aos dados relevantes, objetivando uma tomada de decisão em busca da produção humana, a fim de replanejar e redirecionar, se for o caso, as ações para o alcance dos objetivos propostos”

Ainda de acordo com Luckesi(1995), a avaliação tem basicamente, três passos: conhecer o nível de desempenho do aluno em forma de constatação da realidade;comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação) e tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados.

Nessa premissa avaliar faz parte do processo educacional. É um momento de revisão do processo de ensino e aprendizagem, que serve para repensar e replanejar a prática pedagógica. A avaliação deve ser, sobretudo, qualitativa e diagnóstica, levando em consideração os conhecimentos prévios dos alunos dando enfoque ao desenvolvimento individual e coletivo.

A avaliação da aprendizagem permite um olhar mais abrangente sobre os resultados finais da programação. São formas de análise do nível de concretização da proposta pedagógica, pois fornecem dados para verificar se a visão de ser humano e de mundo do trabalho é colocada em prática.

É fundamental que os instrumentos utilizados sejam adequados e que viabilizem a mensuração. Assim, ao seleccionar os instrumentos, o docente deve adequá-los aos procedimentos metodológicos e aos indicadores de aprendizagem em função do desenvolvimento da competência a ser avaliada.

Como sugestão, além dos instrumentos clássicos de avaliação (testes orais ou escritos – de aptidão, de personalidade, de aproveitamento, de interesse, questionários, entrevistas, listas de checagem), poderá ser utilizados outros instrumentos, tais como: plano de ação, estudo de casos, resolução de problemas, demonstrações, estruturação e desenvolvimento de projetos, desenvolvimento de pesquisas, formas de expressão plástica, teatral, musical, gestual, elaboração e apresentação de seminários, portfólios (conjunto de materiais produzido por alguém, também conhecido como book), resenhas, entre outros de caráter experimental, laboratorial e de campo, entre outros.

Na composição das competências específicas de cada bloco temático é preciso que os docentes identifiquem as ações e os saberes (conhecimentos, habilidades, valores), bem como os indicadores que permitirão avaliar tal competência. A observação do desempenho permite identificar o uso que o sujeito faz daquilo que sabe – a articulação e a mobilização das capacidades e dos saberes em uso.

Deverão ser adotados também parâmetros individuais de avaliação, pois o que interessa não é a média de um grupo de indivíduos, mas a comparação do desempenho do aluno com os resultados preestabelecidos.

A avaliação por competências profissionais é feita a partir de uma abordagem formativa, com ênfase na verificação do aproveitamento do aluno durante o processo, portanto para fins de aprovação, a avaliação da aprendizagem dos alunos será feita por bloco temático com base nos instrumentos de

avaliação tanto em caráter experimental, laboratorial e em grupo, os quais deverão ser detalhados no Plano de Trabalho Integrado e no Plano de Trabalho Docente.

O resultado do processo de avaliação será expresso em conceitos, demonstrando a intensidade com que as competências exigidas para o perfil profissional de conclusão foram desenvolvidas.

As ações conjuntas entre docente e aluno respaldam a qualidade da aprendizagem desenvolvida, enfatizando os aspectos qualitativos do processo avaliativo. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem cumpre o duplo papel de regular a aprendizagem e identificar resultados, servindo como um parâmetro para a avaliação do curso de um modo geral. Cabe aos envolvidos no processo educacional a consciência da importância do diálogo para a efetividade da avaliação, da crítica e da autocritica indispensáveis ao processo de educação permanente.

Nos cursos a distância - EAD, o processo avaliativo é contínuo com o emprego de meios que orientem e estimulem o aluno na busca de seu conhecimento. Portanto a avaliação é quantitativa e qualitativa, ocorrendo a todo momento, diagnosticando lacunas, observando desempenhos, pautadas por uma variedade de instrumentos, além de provas escritas presenciais, a avaliação se pauta em trabalhos colaborativos, exercícios, estudos de caso, autoavaliação, participação em fóruns e demais ferramentas de interação, intercalando atividades individuais ou em grupos.

Nos cursos de pós-graduação em EAD, o Trabalho de Conclusão de Curso se constitui no momento de síntese e aplicação de todo o conhecimento construído ao longo do curso e que possibilita a relação teoria e prática, aproximando-se da realidade do mundo do trabalho, por ser proposto na forma de estudos de caso, projetos de ação e de intervenção, sendo, desse modo, um instrumento pelo qual o tutor verifica o desenvolvimento das competências previstas no perfil profissional de conclusão do curso.

O resultado do processo de avaliação nos cursos na modalidade à distância é expresso conforme o definido no Plano de Curso.

5.3.2 Aproveitamento de estudos e experiências anteriores

O Aproveitamento de Estudos é a verificação da possibilidade de aproveitamento dos conhecimentos e experiências adquiridas formalmente ou informalmente pelo aluno, desde que relacionadas com o perfil profissional de conclusão, com vistas à continuação dos estudos. Os critérios para efetivação de aproveitamento de estudos obtidos formal ou informalmente pelo candidato aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio estão definidos nos Planos de Curso.

Os estudos, conhecimentos e experiências anteriores adquiridas pelo aluno, desde que relacionadas com o perfil profissional de conclusão de curso, serão objetos de avaliação para aproveitamento de estudos. A avaliação das competências leva em consideração os procedimentos acerca da elaboração dos instrumentos avaliativos subsidiados pela teoria e a prática. Na questão teórica serão observados os conhecimentos, habilidades e valores relativos às competências que estão sendo avaliadas. Na questão prática é levada em consideração a apropriação das competências previstas nos blocos temáticos ou módulos do curso. Convém observar que grande parte das competências profissionais pode prescindir da prova escrita, tendo em vista que situações práticas permitem evidenciar a apropriação de conhecimentos, habilidades e valores.

A validação do processo será de responsabilidade de uma comissão criada para os casos de aproveitamento de estudos e experiências anteriores, cabendo a ela a legitimação do ato avaliativo respeitando todas as etapas previstas pela comissão; a Instituição de ensino responde integralmente pelo certificado ou diploma.

A avaliação de competências para fins de aproveitamento de estudos será entendida como processo para reconhecer competências desenvolvidas formal e informalmente, possibilitando ao aluno ajustar-se a um percurso formativo, tendo em vista sua qualificação para o trabalho.

5.3.3 Avaliação do Curso

A avaliação dos cursos se pauta em ações que favoreçam indicadores de desempenho por meio da aplicação de feedbacks dos alunos, bem como a ação educativa desenvolvida pelo docente.

Acompanhando a perspectiva curricular, a avaliação, orientada por indicadores previamente definidos, será preferencialmente feita pelo conjunto dos docentes e alunos participantes da atividade, projeto, segmento ou etapa do curso.

Esses instrumentos integradores oportunizam o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, pois permite observar e acompanhar a apropriação dos valores e princípios em relação à educação e à educação profissional, mostrando caminhos para a efetivação da missão, da visão, dos valores e das estratégias institucionais do Senac/MS.

Para tanto são aplicados em cursos de capacitação, Aprendizagem Comercial e Cursos Técnicos os feedbacks “Como Vai”, “Avaliação Final” e “Avaliação Docente” como complementação da avaliação do curso, fechando o ciclo de avaliação e permitindo um olhar mais abrangente sobre os resultados finais da programação e a reestruturação e atualização dos planos de cursos.

Nos cursos na modalidade a distância os alunos, ao finalizarem um módulo, realizam a Pesquisa de Satisfação, contemplando todos os aspectos administrativos, pedagógicos, metodológicos, tecnológicos e ambiente virtual.

5.3.4 Avaliação Institucional

A gestão participativa torna o processo transparente, no qual todos os envolvidos têm a oportunidade de avaliar e serem avaliados, pois todos que compõem o processo ensino-aprendizagem têm igual importância para a qualidade da ação educativa.

Como forma de perceber as impressões dos alunos diante do seu próprio desempenho, do corpo docente, do corpo técnico, da gerência da unidade operativa, da qualidade do material didático, da estrutura física e do atendimento nos demais setores da Instituição, aplica-se instrumentos de avaliação que servem como coleta de dados quantitativos e qualitativos permitindo a tomada de decisão acerca do desenvolvimento da Instituição como um todo.

Assim, a avaliação é de fundamental importância em toda atividade humana, indispensável em qualquer proposta de educação. Desde a sala de aula até as práticas mais rotineiras do processo educativo, a avaliação deve estar presente de modo que seja um processo contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo, participativo e plural voltado a realimentar os processos e redimensioná-los para promover as mudanças necessárias ao alcance dos objetivos.

A avaliação representa um processo sistemático e contínuo que desempenha papel preponderante para o funcionamento do Centro de Educação Profissional do Senac/MS, possibilitando a construção da autonomia, produzindo mudanças da qualidade de ensino, definindo prioridades, fornecendo informações sobre a qualidade, a equidade, e a eficiência, de forma a permitir o monitoramento das mudanças internas.

A avaliação institucional compreende a avaliação interna ou autoavaliação, organizada e executada pela própria instituição, envolvendo os diferentes segmentos que integram a comunidade escolar a partir de critérios pré-definidos. O processo de avaliação institucional deve incidir sobre as seguintes estruturas: Organização da Unidade; Organização Técnica Administrativa e Pedagógica e Infraestrutura.

Nos cursos a distância, a avaliação institucional é contemplada e aplicada conforme os respectivos níveis de cursos, atendendo as normas regulamentadoras e legais.

5.3.5 Estágio Profissional Supervisionado e Prática Profissional Supervisionada

O Estágio Profissional Supervisionado é a oportunidade de colocar em prática tudo o que o aluno aprendeu no curso ao qual optou realizar. As atividades de estágio poderão ser realizadas na comunidade em geral ou com pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação dos Centros de Educação profissional Senac/MS.

O Estágio Profissional Supervisionado, quando previsto, deverá ser assumido intencionalmente como ato educativo e atividade curricular. Será orientado nos termos da legislação específica e das

normas vigentes, sendo a sua carga horária acrescida nos mínimos exigidos para a respectiva habilitação profissional. O Estágio Profissional Supervisionado acontece em ambiente real de trabalho, conveniado pelo Centro de Educação profissional Senac/MS.

A Prática Profissional Supervisionada é concebida como momento da formação em que o aluno redefine o seu fazer profissional, transformando atividades rotineiras em fazeres educativos, formativos e intencionais, podendo ser realizada tanto em ambiente formal de trabalho, quanto em sala de aula e/ou em situações simuladas.

É importante ressaltar que tanto o Estágio Profissional Supervisionado como a Prática Profissional Supervisionada são desenvolvidas quando e conforme descritas nos respectivos Planos de Ação Educacional.

5.4 Reunião Pedagógica

A reunião pedagógica tem por objetivo melhorar o trabalho docente em relação ao ensino e aprendizagem, pois proporciona um momento de reflexão acerca das práticas exercidas estabelecendo relação teoria e prática.

Ao propor a reunião pedagógica, o Coordenador Pedagógico precisa estar atento às questões abordadas, pois oportunizam a reflexão do fazer pedagógico. Nesse sentido, tem o caráter de formação, possibilitando a ampliação das ações a serem desenvolvidas por todos no processo educacional e um pensar coletivo na tomada de decisões, no planejamento a ser elaborado e nas avaliações realizadas.

A reunião pedagógica é também momento em que se discutem as práticas e as teorias que as embasam, o currículo e a proposta pedagógica, cabendo reflexões sobre os conhecimentos construídos por todos, tornando possível a reconstrução de novas ações para o que está sendo pensado nos cursos ofertados.

Para que os coordenadores consigam realizar seu trabalho com competência, eficácia e eficiência, um conjunto de valores e situações deve ser levado em consideração a fim de que sua atuação seja veementemente completa ou que alcance o máximo possível de êxito.

5.4.1 Conselho de classe

O conselho de classe é um dos mais importantes espaços escolares, pois, tendo em vista seus objetivos, segundo Dalben (2004), "é capaz de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino, foco central do processo de escolarização. É o espaço prioritário da discussão pedagógica."

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os docentes com o objetivo de refletir sobre o desempenho dos alunos nas competências esperadas nos cursos aos quais eles frequentam, favorecendo uma avaliação mais completa do aluno e do próprio trabalho docente.

O Conselho de Classe é o momento para avaliar o rendimento, confrontar os resultados da aprendizagem relativos aos diferentes blocos temáticos e compatibilizar os conceitos dos alunos do módulo em questão. É constituído pelo Coordenador Pedagógico do curso, pelo corpo docente da turma, pela (o) Secretária (o) Escolar e por representante do corpo discente, devidamente escolhido pelos colegas.

Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos e dos docentes, a fim de buscar melhorias para o alcance das competências estabelecidas em cada curso. É um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da Instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste Projeto Político Pedagógico do Senac/MS é resultado de um processo democrático e dinâmico e emerge da necessidade de um eixo norteador como o plano global da Instituição, configurando em um instrumento teórico-metodológico de orientação, intervenção e mudança da realidade, servindo como um elemento integrador e organizador das atividades propostas.

O Projeto Político Pedagógico deve ser vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos no processo educativo. Nele está inserido todo o ideal para uma educação profissional e tecnológica de qualidade, pois, por meio dele se definem as diretrizes e as bases educacionais apontando as ações e o papel de cada um no processo ao qual estão inseridos.

Esse documento tem a pretensão de estimular os atores envolvidos no processo educativo a criar alternativas de (re) significação e transformação da prática, partindo de um exercício de ação-reflexão-ação, amparado num processo democrático, que deverá contemplar a dinâmica das relações sociais a partir da concepção, implantação e avaliação permanente do mesmo. Vale frisar que este Projeto Político Pedagógico enseja a articulação entre ensino e aprendizagem por competências, dando oportunidade da formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos na sociedade ao qual está inserido.

O Projeto Político Pedagógico do Senac/MS, muito mais que um trabalho burocrático de cumprimento de normas, é um documento com características de prospectivas, apontando rumos, com intencionalidade explícita como forma de compromisso com a formação humana. Desse modo ele é um processo de reconstrução dos fazeres pedagógicos que abre possibilidades de rever, de refazer e repensar as ações propostas pela instituição. De acordo com Gadotti, "todo projeto pedagógico da escola é também político.

O projeto pedagógico da escola é por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola". (1997, p.34)

Em virtude das mudanças no mundo do trabalho e os diversos debates sobre a qualidade dos cursos oferecidos precisamos nos instaurar na área da ousadia para poder alterar, transformar o processo educacional, tornando- o dinâmico, flexível e, acima de tudo, com autocrítica.

A disposição ao exercício da criticidade tem funções individuais e político- sociais, que se alimentam de suas próprias relações. Com isso, a sua construção passa pela questão da autonomia da Instituição, de sua capacidade de delinear a sua própria identidade, deixando entrever seu comprometimento com a busca (ou não) da qualidade da educação que se propõe trabalhar razão que leva a constante avaliação e atualização do projeto político pedagógico.

"O que aprendemos refaz e reorganiza nossa vida."

Anísio Teixeira

VII - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Gilberto Luiz. A produção da escola contemporânea. Tese de Pós – Doutorado. UNICAMP. São Paulo, 1998.

ALVES, Rubens. Por uma educação romântica. ed. 4. Rio de Janeiro: Papirus, 2003.

BLOOM, Benjamin S. et alli. Taxonomia dos objetivos educacionais: domínio cognitivo. Porto Alegre: Globo, 1972.

BRASIL, MEC. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. MEC. Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. PARECER CNE/CEB N° 11/2012, homologado em 20 de setembro de 2012

BRASIL. MEC – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. RESOLUÇÃO CNE/CEB 04/2012, aprovada em 06 de junho de 2012.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Conselho Nacional de Educação (Brasil). Câmara de Educação Básica.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, 1997.

DEMO, P. Desafios modernos da educação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2002

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNESCO, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1986.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto político pedagógico. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para todos. Brasília, 1994.

GADOTTI, M. Projeto Político-Pedagógico da Escola: fundamentos para sua realização. IN.:

- GADOTTI, M. & ROMÃO, J. E. (orgs). Autonomia da Escola: princípios e propostas. 4a edição. São Paulo: Cortez
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola a universidade. 14ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.
- LÉVY, P. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- LUCKESI, Cipriano G. Avaliação da aprendizagem escolar. SP. Cortez, 1995.
- MELLO, Guiomar Namó. Educação Escolar Brasileira: O que trouxemos do século XX. Porto Alegre: Artmed, 2004
- O Jogo do Contrário em Avaliação. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- NÓVOA, A. (2001). Professor se forma na escola. Nova escola, 142. Maio.
- MORETTO, Vasco. Educação para habilidades em busca de competências. Seminário SINEPE de Educação. Foz do Iguaçu, 2003.
- PASSOS, Ilma Veiga (org.) Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.
- PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- . Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- RESOLUÇÃO CNE/CEB 03/2012, aprovada em 20 de setembro de 2012.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAVIANI, Demerval. Saber escolar, currículo e didática: problema da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. São Paulo: Autores associados, 1994.
- SENAC. DN. Avaliação de competências para fins de aproveitamento de estudos e certificação. Rio de Janeiro: SENAC/DEP/CTP, 2008. 40p. (Documentos Técnicos).
- SENAC. DN. Planejamento e avaliação: subsídios para a ação docente. Rio de Janeiro: Ed. SENAC

Nacional, 2004. (Didática para Educação Profissional). Antonia Ribeiro, Elizabeth Real, Marcia Capella et. al. SENAC. DN. Educação profissional técnica de nível.

SENAC.DN. Competências básicas. Maria Helena Barreto Gonçalves (Org.) Anna Beatriz de Almeida Waehneltd; Antonia Ribeiro et al. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2000. (Programa de Desenvolvimento de Docentes)

SENAC.DN. Formação e Trabalho. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1997.

SENAC.DN. Referenciais para a educação profissional: Senac 2001. Rio de Janeiro : SENAC/DFP/DI, 2001.

SENAC.DN. Surfando na Sociedade do Conhecimento. A questão das competências docentes. vol 34 jan/abr 2008(Boletim técnico do Senac).

SENAC.DN.Planejamento e Avaliação: subsídios para ação docente. Maria Helena Barreto Gonçalves. Senac Nacional, 2003. Rio de Janeiro.

SENAC.RJ. A construção da proposta pedagógica do Senac Rio. Rio de Janeiro Ed. SENAC Rio, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e projeto político educativo. 4. ed. São Paulo: Libertad,1995 (cadernos Pedagógicos Libertad. V.1)



www.ms.senac.br